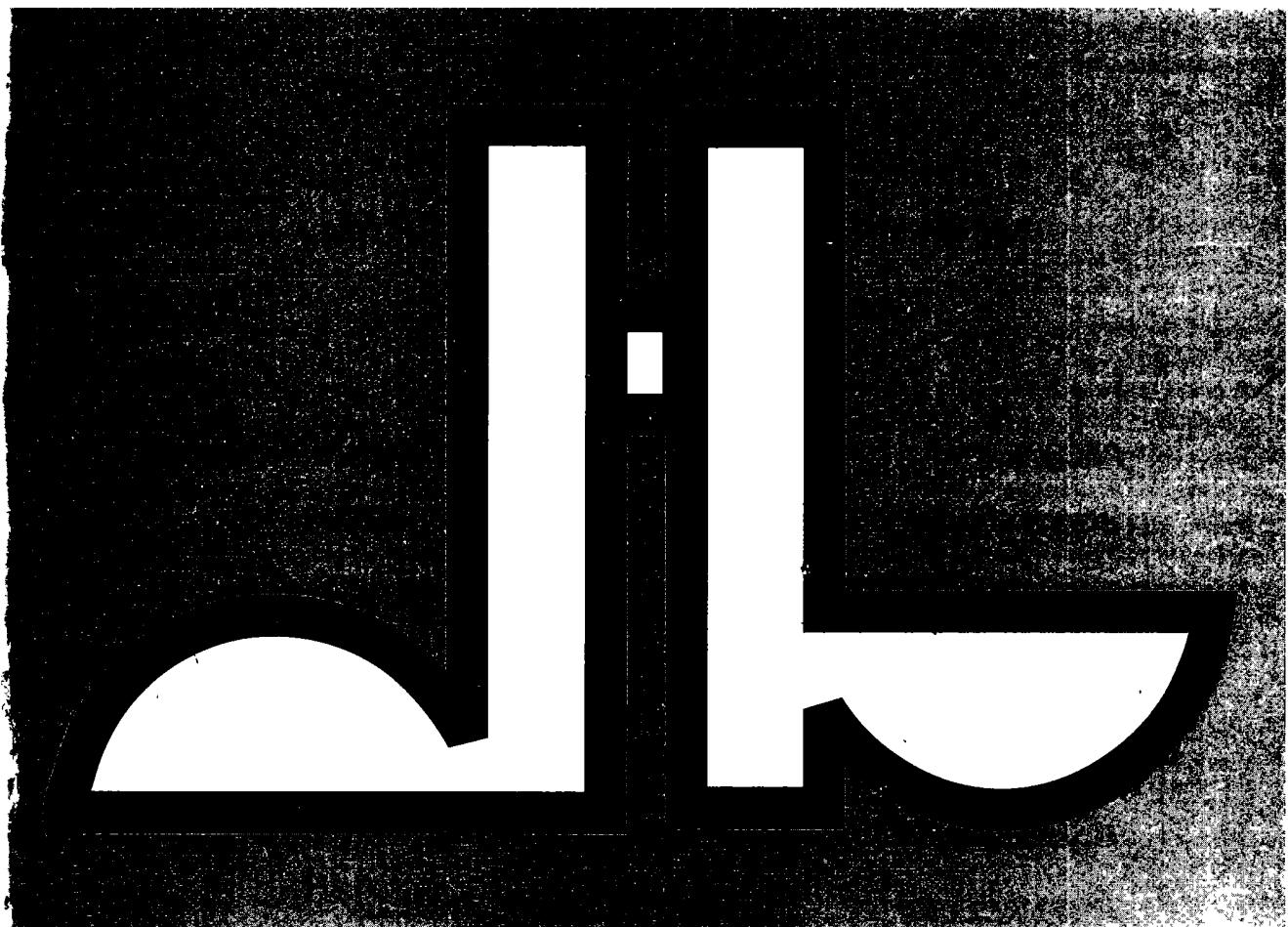




República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
SESSÃO CONJUNTA

LII - Nº 005

QUINTA-FEIRA, 06 DE MARÇO DE 1997

BRASÍLIA - DF

MESA DO CONGRESSO NACIONAL

<i>PRESIDENTE</i>	<i>Senador</i> ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
<i>1º VICE-PRESIDENTE</i>	<i>Deputado</i> HERÁCLITO FORTES
<i>2º VICE-PRESIDENTE</i>	<i>Senadora</i> JUNIA MARISE
<i>1º SECRETÁRIO</i>	<i>Deputado</i> UBIRATAN AGUIAR
<i>2º SECRETÁRIO</i>	<i>Senador</i> CARLOS PATROCÍNIO
<i>3º SECRETÁRIO</i>	<i>Deputado</i> PAULO PAIM
<i>4º SECRETÁRIO</i>	<i>Senador</i> LUCÍDIO PORTELLA

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 2ª SESSÃO CONJUNTA (SOLENE), EM 5 DE MARÇO DE 1997

1.1 – ABERTURA

1.2. – Finalidade da sessão

Destinada a homenagear o Dia International da Mulher, nos termos do Requerimento nº 120, de 1997.....

1.2.1 – Fala da Presidência (Senador Antonio Carlos Magalhães)

1.2.2 – Oradores

SENADOR EDISON LOBÃO

SENADORA EMILIA FERNANDES

DEPUTADA MARTA SUPLICY

SENADOR ARTUR DA TÁVOLA

DEPUTADA MARIA ELVIRA

DEPUTADA JANDIRA FEGHALI

SENADORA BENEDITA DA SILVA

DEPUTADA RAQUEL CAPIBERIBE

SENADORA MARLUCE PINTO

DEPUTADA ETEVALDA GRASSI DE MENEZES

DEPUTADA ESTHER GROSSI

DEPUTADA JOANA DARC

DEPUTADA REGINA LINO

DEPUTADA NAIR XAVIER LOBO

SENADOR LUCIO ALCÂNTARA

SENADORA JÚNIA MARISE (presidindo a sessão)

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – PARECER

Nº 3/97, da Comissão Mista, sobre a constitucionalidade e o mérito da Medida Provisória nº 1.477-33, de 14 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre o valor total anual das mensalidades escolares e dá outras providências. (Publicado neste Diário em Suplemento A.).....

02400

16, 1.511-7, 1.512-7, 1.525, 1.522-4, 1.523-4, 1.530-3, 1.531-2, 1.535-2, 1.536-22, 1.537-35, 1.538-37, 1.539-28, 1.540-21, 1.542-19, 1.545-15, 1.547-27, 1.548-28, 1.549-27, 1.550-36, 1.551-19, 1.553-12, 1.554-12, 1.555-7, 1.558-4, 1.559-10, 1.560-2, 1.561-2, 1.562-2, 1.565-1 e 1.567, todas de 1997. (Publicado neste Diário em Suplemento A.).....

02426

4 – ATAS DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO. (Publicadas neste Diário em Suplemento B.)

14ª Reunião Ordinária, realizada em 31-10-96

02426

Reunião da Subcomissão I – Poderes do Estado, Representação e Defesa, realizada em 5-12-96.....

02426

Reunião da Subcomissão IV – Educação e do Desporto, Cultura, Ciência e Tecnologia, realizada em 10-12-96.....

02426

Reunião da Subcomissão II – Agricultura, Fazenda, Indústria e Comércio, realizada em 11-12-96.....

02426

Reunião da Subcomissão VII – Planejamento, Urbanismo e Integração Regional, realizada em 12-12-96.

02426

Reunião da Subcomissão V – Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social, realizada em 12-12-96.

02426

Reunião da Subcomissão III – Infra-Estrutura, realizada em 13-12-96.

02426

Reunião da Subcomissão VI – Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal, realizada em 13-12-96.

02426

5 – MESA DO CONGRESSO NACIONAL

6 – COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

7 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)

02426

3 – EMENDAS
Oferecidas às Medidas Provisórias nºs 1.463-10, 1.464-18, 1.466-10, 1.469-15, 1.470-16, 1.473-28, 1.475-24, 1.477-33, 1.478-21, 1.479-25, 1.480-27, 1.481-46, 1.482-33, 1.507-

Ata da 2ª Sessão Conjunta (Solene), em 5 de março de 1997

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura

Presidência do Sr. Antonio Carlos Magalhães e das Sras Júnia Marise, Emilia Fernandes e Marluce Pinto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Declaro aberta a sessão solene destinada a homenagear o Dia Internacional da Mulher.

Tenho a honra de convidar para compor a Mesa a Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, Cnéa Moreira de Oliveira, a Srª Gladys Buarque e a Vice-Governadora do Distrito Federal, Arlete Sam-paio.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– A presente sessão destina-se a homenagear o Dia Internacional da Mulher. Evidentemente, é dispensável a qualquer Presidente do Congresso dizer o significado da data, no momento em que todos, no mundo inteiro, sentem a necessidade de prestigiar a mulher, e no Brasil já não precisamos fazer isso, porque há uma consciência coletiva do prestígio da mulher brasileira, crescente a cada dia que se passa, e sua presença já é marcante no Parlamento Nacional.

Estamos hoje aqui reunidos para fazer esta sessão solene, cujo significado é de extrema importância para o Congresso Nacional, que é o compromisso que os Congressistas assumem – e que deve ser também do Governo em todos os três Poderes – de prestigiar a ação da mulher brasileira em todos os setores da sua atividade.

Evidentemente, ninguém precisa nesta Casa, presidindo esta sessão, dizer o que representa a mulher nos avanços que o Brasil vem tendo ultimamente, daí por que fico muito feliz de me caber a oportunidade de presidir esta sessão e conceder neste instante a palavra ao Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, Srs e Srs. Deputados, Srª Ministra, Srª Vice-Governadora, Srª Primeira-Dama, minhas senhoras e meus senhores, a cada ano em que se comemora o Dia Internacional da Mulher constata-se, com prazer, que ela, a mulher, conquistou em grande parte do mundo novos espaços para sua liberação de injustos e seculares jugos senhoris.

Basta que se consulte a História para se verificar quantas restrições e humilhações foram impos-

tas à mulher por culturas e tradições, cujas memórias se perdem no tempo.

Foi, portanto, uma luta heróica, intrépida, difícil e continuada a que travaram as mulheres em todo o mundo para conquistar passo a passo, lenta mais segura, o reconhecimento de sua cidadania.

Luta que ainda perdura e, ao que parece, nunca poderá reduzir-se em intensidade em pontos populosos da humanidade, nos quais ainda não se permite à mulher o simples ato de usar o vestuário de sua preferência, muito menos freqüentar os diversos setores da economia para se iniciar profissionalmente.

Sr. Presidente, não é difícil imaginar o que de preconceitos teve de vencer a camponesa Joana DArc, nos anos 1400, para se colocar à frente de batalhões militares, integrados por homens, e lutar para expulsar da França os estrangeiros que dominavam grande parte do seu país.

Atitudes como essas, entre tantas outras registradas pela história, foram o instrumento de estímulo para as lutas femininas.

Nos tempos modernos, mesmo em alguns países asiáticos, nos quais os preconceitos de sexo ainda existem, a mulher demonstra quão necessária é sua presença na vida pública. Indira, filha de Gandhi, o inesquecível líder espiritual da paz, é o exemplo indiano mais marcante de como a mulher de talento consegue superar os preconceitos de injustas tradições para se tornar líder de milhões e milhões de pessoas. E, como governante, exibiu capacidades políticas invulgares para realizar uma boa administração e obter, tantas vezes, o consenso entre os contrários.

Em política, aliás, tem sido marcante a participação decisiva das mulheres nos caminhos que têm levado tantas nações a êxitos que alcançam várias gerações. Golda Meir, em Israel, e Margaret Thatcher, na Inglaterra, demonstraram que a suave feminilidade não impede o rigor das ações severas que precisam ser adotadas em determinados instantes dos problemas nacionais.

Aqui no Brasil os exemplos da participação feminina na vida pública são igualmente marcantes. Nas três esferas do Poder, desde há alguns anos,

assistimos ao sucesso da mulher como Ministras de Estado, titulares de Prefeituras, Magistradas, Ministras de Tribunais Superiores, Senadora, Deputadas e Vereadoras.

O meu Maranhão honra-se por ter no seu Governo a Governadora Roseana Sarney, cujo tino político e êxito na realização de uma boa administração já ultrapassaram os limites do próprio Estado.

A famosa Marie Curie, notável cientista, que, junto com seu marido Pierre, fez descobertas de excepcional importância para a humanidade, é um exemplo do bom aproveitamento da inteligência feminina. Nascida em Varsóvia em 1862 e fixada pelo casamento em Paris, onde veio a falecer em 1934, dedicou toda sua bela vida em favor dos povos do mundo inteiro. Enquanto viveu, foi o único cientista a receber duas vezes o Prêmio Nobel. O primeiro de Física, com o marido, em 1903, e o segundo de Química, em 1911, pelo seu trabalho no campo da radioatividade. Morrendo-lhe o marido por atropelamento, substituiu-o na Sorbonne como a primeira mulher a ocupar uma cadeira de professor naquela conhecida universidade francesa.

O Brasil apresenta-se, na atualidade, como uma das nações que mais têm amparado as reivindicações femininas por igualdade de tratamento em todos os campos da vida social, sem distinção de sexo. Não obstante, muito ainda tem de ser superado, de um lado, e conquistado, de outro.

Pesquisas recentes demonstram que a mulher, nos empreendimentos privados, geralmente tem salários inferiores aos dos seus pares masculinos. A mulher grávida ou com filhos encontra dificuldades para se iniciar profissionalmente, dada a preferência dos patrões pelos profissionais desimpedidos de problemas domésticos.

Tudo isso realmente ainda existe, mas também já existem em plena vigência as leis que impedem e punem tais tipos de discriminação contra a mulher.

No Brasil, em termos constitucionais e jurídicos, já não existe qualquer diferença entre homem e mulher. No casamento, ambos têm os mesmos direitos e deveres. O pátrio poder já não pertence com exclusividade ao cônjuge masculino. Essa igualdade pela qual tanto lutou a mulher traz-lhe, contudo, obrigações que antes não detinha – e a mulher as vem aceitando sem qualquer restrição.

Recentemente, tornou-se lei o dever de os partidos políticos reservarem um alto percentual das suas chapas eleitorais para as candidatas do sexo feminino.

A mulher brasileira, enfim, é motivo de orgulho para nosso País. Na política, na magistratura, na literatura, nas artes plásticas, nas ciências médicas, na educação e em todos os demais campos da vida econômica e social a presença feminina tem sido destacada e se inserido nos exemplos exibidos no mundo. E, como toda conquista concreta, as obtidas pelas brasileiras não têm retorno e servem de base para as novas.

Srs e Srs. Senadores, quando se fala em igualdade entre homens e mulheres – e eu mencionei várias vezes esse vocábulo –, há de se convir que a expressão se refere a aspectos jurídicos e sociais.

A mulher, evidentemente, é biologicamente diferente do homem, e isso marca seu destino – traçado por Deus –, que lhe traz sabidos encargos que contrastam com os do sexo masculino.

A figura da mãe, por exemplo, é uma marca indelével, sagrada da mulher. No lar, é uma presença insubstituível na criação e orientação dos filhos, para não dizer na boa condução da casa. Não haverá leis nem novas tradições ou culturas que algum dia possam retirar da mulher seu amor materno, do qual lhe resultam tantos sacrifícios e tantas obrigações. Mesmo quando já tiver conquistado a plenitude da igualdade profissional com o homem, a mulher sempre estará vinculada de corpo e alma à sua divina missão de mãe.

Em alguns países desenvolvidos, já se reconhece que a mulher que trabalha fora desempenha dupla jornada, pois seu lar é a sua segunda tarefa. E tal reconhecimento lhe proporciona um salário do Estado, decisão obviamente justa.

Aqui ainda não chegamos a esse ponto, talvez por carência de recursos. Porém, muitos benefícios sociais já foram reconhecidos às mulheres, como os previdenciários, que lhes asseguram aposentadoria em tempo inferior ao do homem, e períodos de descanso para uma gestação tranquila e, principalmente, para a alimentação do filho recém-nascido.

Essas diferenças no tratamento legal entre homens e mulheres são justas e, evidentemente, precisam ser ampliadas.

Permito-me acrescentar uma outra diferença entre os sexos que me parece importante na alegria da convivência humana: a feminilidade, a bela, suave e delicada característica da mulher. Por maiores e mais importantes que sejam os cargos ocupados pelas mulheres, ou por menores que sejam suas condições sociais, jamais lhes escapam, especialmente no caso das brasileiras, os traços da feminili-

dade, que é o que dá sabor à convivência entre os dois sexos...

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Congressistas, é com muito prazer que desempenho nesta tribuna a honrosa tarefa que me foi conferida pelo meu partido, o PFL: saudar a mulher neste dia internacional que a homenageia, desejando-lhe constante sucesso nas justas reivindicações que venha a fazer em todos os recantos do mundo.

Era o que tinha a dizer. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Tem a palavra a Senadora Emilia Fernandes.

A SRA. EMILIA FERNANDES (PDT – RS.

Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Antonio Carlos Magalhães, demais integrantes da Mesa, Sr's e Srs. Senadores, Sr's e Srs. Deputados, Srs. Embaixadores, autoridades civis, militares e eclesiásticas, lideranças femininas e demais presentes, em todo o mundo, neste ano de 1997, o Dia Internacional da Mulher transcorre dentro de uma nova perspectiva para a luta feminina.

Em praticamente todos os países, a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, promovida pela ONU, realizada em setembro de 1995, na China, produz seus efeitos, incentivando a busca da igualdade não apenas pelas mulheres, mas por toda a sociedade.

A mobilização por direitos, oportunidades iguais e participação efetiva em todos os níveis da sociedade transforma-se dia a dia em compromisso, cada vez mais, de setores sociais, organizações políticas e Poderes: Legislativo, Judiciário e Executivo.

A partir de Beijing, as questões de gênero passaram a ser definitivamente um componente do processo de desenvolvimento dos países, sejam pobres, sejam ricos.

A situação da mulher agora é parâmetro de democracia e de justiça social nos países, de acordo com definição básica da declaração e da plataforma de ação mundial aprovadas na Conferência.

O mundo, ou pelo menos uma parcela importante dele, parece ter finalmente acordado para a injustiça e para a violência que atingem praticamente a metade ou mais da metade de sua população sob as mais variadas formas.

Senhoras e senhores, em nosso País, neste ano após Beijing, oferecemos importantes contribuições para a implementação das decisões aprovadas através de iniciativas dos mais diversos setores, sejam de organizações governamentais, sejam de organizações não-governamentais.

A legislação prevendo a "cota de 20%" para mulheres candidatas a vereadores no ano de 1996, aprovada pelo Congresso Nacional, e a decorrente Campanha "Mulheres sem Medo do Poder" estimularam a filiação partidária e a participação política e, em consequência, o fortalecimento do processo democrático na maioria dos municípios brasileiros, hoje com a presença significativa de mulheres.

Como resultado dessa mobilização, a política brasileira ganhou feições mais femininas, incorporando nas Câmaras de Vereadores e também nas administrações municipais a competência, a disposição de contribuir e as características peculiares de milhares de mulheres.

Ao mesmo tempo, no Congresso Nacional, nesses últimos anos, apesar das dificuldades, Deputadas e Senadoras têm desenvolvido grande esforço para acelerar a tramitação, os debates e finalmente a aprovação de projetos de interesse das mulheres em diversas áreas, tais como garantias de direitos das empregadas domésticas, alteração do Código Penal, no que se refere a crimes sexuais – como assédio, estupro e violência familiar – e, ainda mudanças no Código Civil, no sentido de eliminar expressões discriminatórias.

Entre outros projetos importantes, com o apoio da maioria dos Parlamentares, vimos aprovado o projeto sobre planejamento familiar, que consagra a autonomia do indivíduo, a maternidade voluntária e a paternidade responsável, estando ainda pendente a questão que trata da esterilização voluntária de homens e mulheres na rede pública de saúde, cujo voto presidencial, ainda em pauta no Congresso Nacional, já temos a certeza, inclusive por parte do Governo, de que será derrubado.

Nesse momento, marcado por dificuldades diante do desemprego, também está em pauta no Senado projeto que dispõe sobre o acesso da mulher ao mercado de trabalho, instrumento fundamental para assegurar ao conjunto das trabalhadoras condições igualitárias e adequadas para o pleno exercício de suas respectivas profissões, bem como desenvolver ações no sentido de capacitação de mão-de-obra que precisa ser, Sr. Presidente, Srs. Senadores, urgentemente aprovado.

Além desses, outros projetos de iniciativa, como a mobilização para a indicação, por parte do Presidente da República, de uma mulher para o Supremo Tribunal Federal, igualmente têm marcado a postura da bancada feminina no Congresso Nacional – tanto Deputadas quanto Senadoras –, que em sua ação cotidiana tem sintetizado e refletido os an-

seios, as expectativas, as reivindicações e os sonhos das mulheres brasileiras que aspiram a uma sociedade mais justa para si e para todos.

Nesse sentido, é importante destacar o crescente compromisso que vem assumindo o Senado Federal e a Câmara dos Deputados com as questões de gênero, demonstrando, através de suas lideranças e demais membros, abertura e sensibilidade para o desenvolvimento da luta feminina, que, temos certeza, características que serão mantidas pelos atuais Presidentes das duas Casas.

Senhoras e senhores, é também importante registrar o esforço que vem sendo feito pelo Executivo para se adequar aos novos tempos impostos pelas resoluções de Beijing e pelo avanço da consciência e mobilização das mulheres e da sociedade brasileira. Exemplo disso é o lançamento, previsto para esta semana, do plano "Estratégia para a Igualdade", de iniciativa do Governo Federal, elaborado sob a coordenação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, presidido pela Drª Rosiska Darcy, aqui presente, que representa uma agenda de ações para a promoção dos mais variados direitos femininos no País.

Tendo como pontos centrais o combate à mortalidade materna e o incentivo à educação, especialmente para mães adolescentes, atenção à saúde e a igualdade no trabalho e na justiça, o plano em questão é importante por definir, organizar e colocar em prática as orientações e a Plataforma de Beijing, da qual o Brasil é signatário. Portanto, tem compromisso com sua execução.

Outras iniciativas oriundas dos mais variados órgãos do Executivo, como a Campanha Nacional de Combate à Mortalidade Materna; de Combate ao Turismo Sexual Infanto-Juvenil; de Combate ao Trabalho Infantil; de Alfabetização de Jovens e Adultos, bem como Projeto Bolsa Escola, têm estimulado a participação da sociedade na busca de soluções para esses graves problemas.

Sr. Presidente, senhoras e senhores, a sociedade brasileira não pode conviver com metade de sua população, pela sua condição de sexo, ainda sendo excluída do mercado de trabalho, ocupando funções mais baixas na escala profissional, recebendo cerca de 40% menos do que os homens e ainda sujeita a assédio sexual no local de trabalho.

É inaceitável que, após Beijing, milhares de mulheres morram ainda em nosso País, em proporções estarcedoras, que chegam a percentuais até vinte e oito vezes maiores do que no Canadá, por

exemplo, devido a problemas de gravidez, parto e pós-parto, que poderiam ser evitados em quase 100% dos casos desde que as mulheres tivessem acesso às medidas de prevenção e parto de qualidade.

O Brasil, onde a cada quatro minutos uma mulher é agredida, tem de se levantar e dar um basta à violência – seja física, seja psicológica – que se abate sobre as mulheres e se materializa em assédio sexual, maus-tratos, estupros, assassinatos e outras formas de desrespeito à pessoa, no lar, no local de trabalho ou nas ruas. A sociedade também precisa denunciar e punir com rigor todos aqueles – sejam brasileiros, sejam estrangeiros, sejam exploradores, sejam empresas, sejam turistas – que agredem sexualmente crianças e adolescentes, especialmente as meninas, através das redes que se estendem das nossas praias até outros países.

Por outro lado, é urgente estancar o crescimento da AIDS, que tem aumentado de forma assustadora, principalmente entre as mulheres, fazendo com que atualmente no Brasil para cada cem pessoas infectadas trinta sejam mulheres, enquanto em 1984 essa proporção era de apenas uma mulher para cada cem portadores do vírus, com o agravante a ser ressaltado de que a maioria das mulheres atingidas é dona de casa.

Ainda é urgente superar as dificuldades que impedem o acesso de mulheres chefes de família à moradia, das mulheres do campo à terra e a financiamentos, das empresárias a taxas de juros mais baixos e a investimentos; das mulheres, especialmente as jovens, à educação, de todas, enfim, aos plenos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários.

Nesses últimos anos, muitas idéias foram lançadas, intensos debates foram travados, enfim, muita coisa foi dita. Agora precisamos buscar como traduzir esses discursos, relatórios, plataformas e programas em ações objetivas concretas e principalmente eficazes. É hora de revertermos a situação em que as mulheres são mais pobres, têm menos acesso à educação, recebem salários menores, são mais expostas à violência e, acima de tudo, têm menos acesso às decisões econômicas e políticas em todos os níveis da organização social.

Inúmeros avanços, como alguns que aqui citamos, demonstram a capacidade de a mulher brasileira resistir, organizar-se e ir à luta em busca de seus direitos, mas ainda são insuficientes para se falar em igualdade de fato e de direito para todas as mulheres de diferentes raças, credos ou idades.

A luta pela igualdade e sua conquista passam, finalmente, pela afirmação de uma nova ordem econômica nacional e mundial, que promova o desenvolvimento sintonizado com as questões sociais, superando o atual estágio de pobreza, desemprego, violência no campo e exclusão, que atingem setores cada vez mais amplos da sociedade, especialmente os trabalhadores.

Concluindo, Sr. Presidente, gostaria de ressaltar que ao ocuparem os espaços que lhe são devidos, as mulheres, que são metade da população do Brasil e do mundo, reafirmam a toda a sociedade a importância decisiva da solidariedade, da divisão de responsabilidades e do respeito entre as pessoas, valores que se traduzem no binômio que são nossa bandeira de luta: diferença e igualdade. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Resolvemos, nós da Mesa, que esta sessão seria também presidida por todas as Senadoras, principalmente as componentes da Mesa, e, se possível, pelas nobres e queridas Deputadas.

Passo a Presidência à Senadora Júnia Marise, Vice-Presidente da Casa. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Júnia Marise) – Continuando a sessão, concedo a palavra à Deputada Marta Suplicy.

A SRA. MARTA SUPILCY (Bloco/PT – SP. Sem revisão da oradora.) – Prezadas Senadoras e Senadores, caras Deputadas e Deputados e demais autoridades, primeiramente gostaria de saudar minha antecessora, Senadora Emilia Fernandes, pelo discurso. Quase nada sobrou para falarmos, por tanto brilho e por ter sido tão completo. Parabéns, Senadora!

Abordo o tema: "De que globalização falam as mulheres neste 8 de março?"

A Fundação Seade divulgou dados de que na Grande São Paulo o salário médio das mulheres é de 585 reais, o que equivale a 60% do salário médio dos homens do ABC.

O Atlas Regional da Desigualdade, porém, recém-publicado pelo IPEA, mostra o quanto enganosa é a análise pura e simples das médias. Se verificarmos, por exemplo, a taxa média da mortalidade infantil no Brasil, as estatísticas vão apontar cerca de quarenta e oito crianças mortas, antes dos dois anos de idade, entre mil nascidas vivas. Isso é uma melhora sensível em relação ao que era.

Mas se formos ver as localidades do interior do Nordeste, onde a mortalidade infantil chega a 200 crianças mortas para cada mil, e formos comparar com localidades prósperas do meu Estado de São

Paulo, onde chega a dez para mil, e compararmos, ainda, com os bairros nobres de São Paulo, onde a mortalidade é de zero para mil, começamos a perceber que falar em média é algo extremamente relativo, tratando-se tanto de mortalidade infantil quanto de salário, geração de emprego, índice de alfabetização, nível de escolaridade, em todas as questões.

O final deste século está marcado pela crescente incorporação das mulheres aos segmentos mais pobres da população brasileira e mundial. As mulheres têm tido limitações de acesso ao emprego e ao crédito. Aumentam os lares que dependem exclusivamente dos salários das mulheres, e há uma alta incidência de mães adolescentes que ficam comprometidas a se capacitar, e faltam equipamentos sociais para o atendimento de crianças e adolescentes.

A visão neoliberal que está cada vez mais dominando as políticas econômicas do mundo e do Brasil se fundamenta na teoria de que a competição livre e o mercado são instrumentos de auto-regulação da economia. Mas eu perguntaria: auto-regulação de quem e auto-regulação para quem? Como falar em competição livre e mercado como auto-reguladores se as desigualdades de oportunidades e de condição se acentuam e se agudizam?

Compete ao Estado a garantia dos direitos fundamentais. E em nossa Constituição estão claros: habitação, saúde, educação, trabalho, vida digna, creches, participação política e a não-discriminação.

O que estamos vendo no Governo brasileiro – e com grandes aplausos da comunidade financeira internacional – é uma tendência cada vez mais clara de se retirar do Estado a responsabilidade com a garantia dos direitos fundamentais: flexibilizam-se as relações e legislações do mundo do trabalho, incentiva-se a privatização de serviços básicos de saúde, educação e previdência. Dá-se, cada vez mais, à sociedade civil, às mulheres trabalhadoras, aos homens também, à população urbana e rural o dever de se auto-regular. Enfim, debita-se aos pobres – e às pobres – o dever de sair da pobreza e da exclusão.

O aumento da pobreza levou à deteriorização da qualidade de vida de muitas mulheres e, mais grave ainda, a modernização da estrutura produtiva do Estado produziu mudanças profundas no emprego, que afetaram negativamente as mulheres. O aumento de trabalhadores em setores que de forma primária empregam mulheres gerou o emprego temporário, instável, mal pago; sem falar da terceiriza-

ção, que é uma forma muito utilizada para compatibilizar a necessidade de geração de renda com a obrigatoriedade de as mulheres exercerem solitariamente a maternidade e as tarefas domésticas.

É evidente que a mudança cultural e econômica operada neste século representou a incorporação de uma massa importante de mulheres à estrutura produtiva, mas a estratégia de reforma econômica não tem diminuído a tradicional divisão sexual de trabalho nem a persistência da discriminação da mulher. O ajuste estrutural, apontado pelos Governos como uma saída inevitável frente à globalização da economia, gera "novos pobres" e tem um impacto direto na condição da vida das mulheres.

Os próprios países "ricos" reconhecem que os ajustes estruturais têm ampliado as desigualdades nos países em desenvolvimento, assim como nos seus próprios países os guetos têm aumentado. Para fazer frente a essa situação, diferentes medidas estão sendo anunciadas no mundo. Recentemente, vimos um grande empréstimo internacional para assentamentos rurais dando dez anos para pagamento e três anos de carência. Outras foram anunciadas com pompa e circunstância na Cúpula Mundial do Microcrédito, em Washington. Referem-se ao fornecimento de microcrédito, empréstimos de pequeno valor que favorecem a geração de renda e produção, principalmente para as mulheres. Até os grandes bancos já perceberam que isso é um bom negócio, porque as mulheres pagam os empréstimos. Eles ganham mais emprestando para a mulher, quando a inadimplência chega de 2 a 4%, do que emprestando para as grandes corporações. Refiro-me àquela mulher que está na faixa de pobreza, num percentual de 40%.

Nesse marco, enquanto o número de empregos no setor formal se reduz, o setor informal cresce extraordinariamente. Por outro lado, grande parte do trabalho das mulheres não se paga: as mulheres cuidam das crianças, da infra-estrutura doméstica e realizam centenas de tarefas; que não são contabilizadas nas contas nacionais como trabalho, porque não trazem dinheiro para casa. No entanto, as famílias não subsistiriam sem essa contribuição; à custa do trabalho, da extensa jornada e da saúde física e mental de nossas mulheres. Quando nasce uma criança ou alguém da família adoece, a carga de trabalho de uma mulher cresce, enquanto a do homem se mantém praticamente a mesma. Quando as mulheres ingressam na economia de mercado, o escasso valor que se dá ao seu trabalho, o do lar, estende-se ao seu emprego.

É por isso que a cada 8 de março, no Dia Internacional da Mulher, principalmente neste agora, creio, as análises sobre a situação da mulher em nosso País tornam-se mais complexas e necessárias. Não é mais possível continuarmos a aceitar como normal a divisão sexual do trabalho (em nada golpeada pela visão neoliberal), que onera as mulheres com a carga de trabalho não remunerada, justifica as desigualdades salariais e mantém a exclusão da representação feminina nos postos de decisão política e econômica.

E não é que não consigamos competir. Aumentamos a cota de Vereadores de 5% para 12% no País. Isso ocorreu sem que qualquer partido político prenchesse as cotas – nenhum partido político ajudou especialmente as mulheres. Fomos simplesmente ganhando espaço, legenda, conseguindo duplicar o número de Vereadoras.

Segundo pesquisa da Folha de S.Paulo, enquanto uma candidata faz no mínimo cinco tarefas domésticas para ir batalhar seu voto, o homem candidato executa no máximo uma. Então, dá para perceber que a situação de disputa na política ainda está muito longe da igualdade.

Precisamos estar atentas: medidas como a de fornecimento de microcrédito, por si só, não vão revolver a pobreza estrutural, mas podem ajudar muitas mulheres e famílias a saírem da miséria absoluta. Nós, definidoras e definidores de leis, orçamentos e políticas sociais, é que temos maior responsabilidade em fazer valer esses aportes de crédito com propostas complementares de desenvolvimento humano, a fim de que o microcrédito não institucionalize o trabalho informal desprotegido de direitos sociais, sendo apenas um colchão social para amaciar a rebelião dos famintos.

Em 1997, neste 8 de março, planos e projetos governamentais estaduais e nacionais estarão sendo apresentados às mulheres deste País. Em que marco? No da "cultura neoliberal do desenvolvimento", que se baseia na manutenção das desigualdades e encontra, nas crises políticas e econômicas, espaços e formas de manutenção de poder nas mãos de grupos minoritários – hegemonia da população branca e masculina? É preciso reconhecer a importância e a persistência da ação das mulheres neste final de século, buscando apontar e construir outros modelos, com ações afirmativas, com movimentos e organizações que buscam desmobilizar estruturas rígidas e vivenciar novos sentidos de democracia.

Se os neoliberais sustentam que é preciso inventar coletivamente o futuro, as mulheres estão

buscando, sim, cumprir essa tarefa. Mas a grande diferença está aqui: enquanto a visão neoliberal não busca golpear de fato a cultura da desigualdade, as mulheres organizadas têm denunciado sistematicamente estruturas que as mantêm e, coletivamente, nesses tempos de crise, elaboram novas formas de análise da realidade, testam novos tipos de convivência e buscam novas saídas.

Finalmente, parabenizo a Câmara Distrital, em Brasília – por ser um assunto muito doloroso, e talvez até indelicado, fiquei um pouco na dúvida se me pronunciaria sobre ele, mas acho que foi um avanço –, por ter negado o título de cidadania ao Ministro Pelé. É uma situação muito difícil para todos nós que temos uma enorme admiração por S. Ex.^a, mas o motivo, que é uma revolução no País, não foi pelas suas qualidades, pois sabemos que se trata de pessoa honrada, competente. Não diria que S. Ex.^a é um desportista, mas o maior desportista do século, o maior atleta do século. Lamentavelmente, hoje não se confere título de cidadania a quem não cumpre paternidade responsável. Isso é um grande avanço para nós, mulheres. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Júnia Marise) – Concedo a palavra ao nobre Senador Artur da Távola.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

A SRA. PRESIDENTE (Júnia Marise) – Concedo a palavra à nobre Deputada Maria Elvira, uma das subscritoras do requerimento de convocação desta sessão solene.

A SRA. MARIA ELVIRA (Bloco/PMDB – MG. Sem revisão da oradora.) – Sr^a Presidente desta sessão solene, Senadora Júnia Marise, nossa grande companheira do Estado de Minas Gerais, Sr^ss e Srs. Senadores, Sr^ss e Srs. Deputados Federais, lideranças, jornalistas, funcionárias e funcionários da Casa, há dez anos estou na militância político-partidária e há dez anos exercendo mandato parlamentar, participei mais uma vez de solenidade como esta, realizada na Casa do povo brasileiro.

Nos meus tempos de Deputada Estadual, participei de solenidade na Casa representante do povo do meu Estado, Minas Gerais, sempre buscando a reflexão, a elaboração e um momento de análise, por toda a sociedade brasileira e por todos nós, seus representantes, do processo da mulher na sociedade contemporânea, especialmente no Brasil.

A repetição anual de eventos como este parece-nos oportuna, por propiciar ocasião para contra-

por a imagem da mulher idealizada, imposta por uma sociedade ainda imbuída de preconceitos machistas. Todas nós, mulheres brasileiras, reclamamos a presença da mulher real e não as idealizações pretensamente enaltecedoras ou fantasias românticas; reclamamos o reconhecimento da igualdade essencial que nos define – todos e cada um –, independentemente de sexo, idade, cor, nacionalidade ou condição social.

Somos todos detentores da mesma dignidade. E em nome dessa dignidade, Sr^a Presidente, é que continuamos a luta para que nos sejam concedidas condições concretas para o pleno desenvolvimento de todas as nossas potencialidades, que, cada vez mais reconhecidas e comprovadas, não se restringem mais às tradicionais funções de esposa, mãe, dona de casa e trabalhadora do lar.

Queremos nos fazer ouvir na redefinição de nosso papel e de nosso lugar na sociedade. Queremos nos fazer ouvir exatamente porque ao reclamar igualdade de oportunidades não renegamos nossa especificidade. Somos mulheres, e é como mulheres que as afirmamos. O que rejeitamos são estereótipos amesquinhadores, culturalmente determinantes, que se concretizaram ao longo de tempos, conformados por preconceitos e discriminações, e que se pretendendo intrinsecamente naturais fixaram parâmetros quase imutáveis para a definição do campo de atuação de homens e de mulheres.

Se por acaso em algum tempo, senhoras e senhores, sentiram-se as mulheres confortáveis, dentro da estreiteza das formas com que se pretendia moldá-las, agora nós, mulheres, já não a podemos mais tolerar.

O modo de ser e agir, elas mesmas querem estabelecer. Não mais se sujeitam a ser passivos objetos do processo social. Afirma-se – afirmamos –, com força sempre crescente, agentes desse mesmo processo.

Nesse longo caminho de lutas e libertação amadureceu o movimento feminista. Dos momentos iniciais em que a contestação ao poder masculino se expressava preferencialmente pela afirmação de uma igualdade essencial que ainda não é amplamente reconhecida, chega-se ao limiar de uma nova etapa em que a mulher busca mais do que a pura igualdade de direitos e reclama política e ações que levem em conta as peculiaridades do nosso sexo, do sexo da mulher.

Reivindicam do Poder Público que a dimensão de gênero (masculino e feminino) seja incorporada

às políticas e programas governamentais. Ao repúdio à discriminação negativa vem se juntar o reclamo por uma discriminação positiva. Medidas compensatórias que lhe propiciem as condições mínimas para superar toda a enorme carga de opressão a ela imposta pelo poder masculino são, sim, expressão da mais lídima justiça, sem nenhum exagero de nossa parte.

Este é o significado, Srª Presidente, senhoras e senhores que nos ouvem nesta Casa, é o cerne, o centro máximo das decisões do Poder Legislativo, dos representantes do povo brasileiro, esse é o significado de leis que, como a que alterou o art. 29 do Código Eleitoral, instituem novas cotas mínimas a serem reservadas para a candidatura de mulheres pelos diferentes partidos políticos nas eleições proporcionais. Essa propositura suscitou – e creio que todos aqui se lembram – inicialmente certa estranheza: estariam as mulheres, estaríamos nós reivindicando privilégios por termos competir em igualdade de condições com os companheiros homens?

Ora, Srªs e Srs. Deputados, Srªs e Srs. Senadores, todos aqui presentes, igualdade é que não podemos pretender proporcionem as atuais condições. As cotas de participação não representam, de maneira alguma, privilégio; são, antes, um início tímidão da superação da desigualdade.

E está cada vez mais claro que é pela ampliação na conquista de espaço e poder na arena política que mais efetivamente se exerce a afirmação feminina e se dá força às suas reivindicações.

A tribuna que neste momento ocupamos oferece-nos espaço privilegiado para que façamos ressoar, com a autoridade que nos confere a condição de membros deste Congresso Nacional, as vozes de todas as nossas irmãs, de todas as mulheres brasileiras, sofridas e tantas vezes desrespeitadas em sua cidadania. Representá-las, em suas mais do que legítimas exigências, acima de qualquer interesse ou discordância partidária, é tarefa que, apesar de ser obrigação de todos os membros do Poder Legislativo, cabe-nos fazer, de maneira especial, por uma solidariedade toda particular:

E a bancada feminina deste Congresso Nacional não se tem omitido, senhoras e senhores, como comprova o trabalho aqui desenvolvido e as vitórias já conquistadas. Mas, bem o sabemos, é longo, é muito longo ainda o caminho a ser percorrido.

Não são poucas as matérias que tramitam nesta Casa – e urge sejam definidas – e que já foram aqui abordadas por oradoras que me antecederam, como a brilhante Senadora Emilia Fernandes, a

quem cumprimento, como a brilhante Deputada Marta Suplicy, que tem colocado o dedo em feridas, em temas difíceis de serem debatidos e encarados pela sociedade.

Através da sua sensibilidade, da sua presença aqui, ela que vem de São Paulo, traz temas para a sociedade encarar, debater e decidir. É assim que vamos precisar caminhar. Mas, como disse, senhoras e senhores, não são poucas as matérias que tramitam nesta Casa e que urge sejam definidas.

Srª Senadora, o lento arrastar desse processo aqui na Casa vem impondo mais e mais sacrifícios à mulher brasileira, principalmente às mais humildes. É o caso, por exemplo, do projeto de lei que regulamenta o atendimento pelo Sistema Único de Saúde dos casos de aborto legal já previstos no Código Penal desde 1940 – e nós estamos em 1997 – e dos vetos do Presidente Fernando Henrique Cardoso aos artigos do projeto de planejamento familiar que regulamentam a esterilização de homens e mulheres. E há muitos outros, muitos outros, senhoras e senhores.

Não há como contestar o fato de que as mulheres deixaram os bastidores. Ainda nos lembramos de quando diziam que atrás de um grande homem havia uma grande mulher. Hoje, quando isso é dito, causa um certo repúdio e mal-estar, porque temos consciência de que estamos ao lado dos homens. E, junto a eles, queremos fazer as transformações que a sociedade reclama. Repito: não há como contestar o fato de que as mulheres deixaram os bastidores e começam a ocupar, ao lado dos homens, o centro da cena na história da humanidade. E ao trazermos um novo olhar, uma maneira diferenciada de ver e sentir, aperfeiçoarmos essa mesma história.

E aí está – assim acredito – o maior valor de nosso fazer político: a introdução da riqueza da diversidade. Por isso mesmo é que ouso afirmar que a participação das mulheres na condução dos destinos da humanidade é mais do que um direito. É um dever, por permitir aperfeiçoar e completar o unilateralismo, que implica necessariamente a unidade de pontos de vista. É na integração dessas visões que homens e mulheres haverão de encontrar o caminho para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, que todos temos defendido.

A Srª Rita Camata – Nobre Deputada Maria Elvira, permite-me V. Ex.^a um aparte?

A SRA. MARIA ELVIRA – Ouvirei, com prazer, o aparte de V. Ex.^a, nobre Deputada Rita Camata, companheira do PMDB do Espírito Santo.

A Sra Rita Camata – Srª Presidente, Srªs e Srs. Deputados, Srªs e Srs. Senadores, convidados, autoridades, representantes de entidades presentes, senhoras e senhores, desejo cumprimentar não só a nobre Deputada Maria Elvira pelo pronunciamento que faz como todos que já se manifestaram na tribuna. Entendemos que hoje, sim, é um dia de reflexão, quando buscamos rever que democracia queremos e em que democracia vivemos. A Senadora Emilia Fernandes disse muito que a democracia hoje não se mede apenas pelos avanços institucionais, mas também pelo fim das desigualdades. Como disse, desejo cumprimentar V. Ex.ª, nobre Deputada, e todos que neste momento participam da sessão, dizendo que realmente temos no Congresso Nacional a atuação brava e guerreira de um número pequeno de mulheres. Desejo ainda fazer um apelo à Presidente desta sessão e aos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Como foi dito por V. Ex.ª, nobre Deputada Maria Elvira, temos mais de 200 projetos tramitando nesta Casa, alguns em fase terminativa. Entre eles, há o que foi citado pela companheira, Senadora Emilia Fernandes, sobre o fim da discriminação quanto ao ingresso, ao acesso e à promoção no mercado de trabalho brasileiro. Esse projeto encontra-se na Comissão de Economia há vários meses. Nesse sentido, quero aproveitar a ocasião para solicitar que seja de fato acelerada a tramitação de projetos como o que trata do planejamento familiar, resultado de uma luta de anos e anos das mulheres e que tem o apoio da sociedade. Houve um voto equivocado do Presidente, e assim foi manifestado através da imprensa. Que possamos ter uma sessão do Congresso o mais rápido possível para derrubar esse voto. Penso que a melhor homenagem que poderemos prestar às mulheres é fazer com que nossas ações se transformem em garantias concretas para a mulher brasileira, como a derrubada do voto com relação à questão do planejamento familiar. (Palmas.) Vamos ter essa ação afirmativa, sim, do Congresso Nacional; vamos fazer as políticas públicas básicas neste País. Protocolos de intenções são importantes porque são instrumentos para a sociedade cobrar políticas públicas que garantam a segurança. Mas quero, de fato, um orçamento aprovado neste Congresso que privilegie a saúde integral da mulher, não vetos, como vimos na Comissão de Seguridade ou na votação do Orçamento. Portanto, quero neste instante deixar registrado não apenas meu reconhecimento pelo avanço da mulher dentro da sociedade brasileira. Quero aqui fazer da minha voz a voz de milhões e milhões

de mulheres que reclamam, sim, igualdade não apenas no papel, mas no acesso à educação das nossas crianças; vagas para todas as crianças no ensino fundamental, para a criança não ter apenas a rua como local para viver e onde ter referencial ético para a vida. Infelizmente, o ensino fundamental não atende à clientela de crianças e adolescentes que existe em nosso País. E vemos as estatísticas mostrando o problema das drogas, a cada dia sendo uma ameaça maior às nossas crianças, aos nossos jovens, aos nossos lares. Estou, portanto, quebrando um pouco o protocolo, porque uma sessão solene sempre é mais clássica. Nela as declarações são mais diplomáticas. Quero dizer que queremos ter no Executivo, no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, aliados na garantia de políticas públicas básicas nas áreas da educação, da saúde, da moradia, do acesso ao crédito, porque a cada dia é maior o número de mulheres chefiando as famílias brasileiras. Mas elas não têm o tratamento que entendemos ser um direito e a certeza da democracia plena em nosso País. Portanto, Deputada e companheira Maria Elvira, quero deixar aqui o apelo ao Presidente do Congresso Nacional e à Senadora Júnia Marise, para que tenhamos uma sessão do Congresso imediatamente a fim de votarmos e derrubarmos o voto sobre a questão do planejamento familiar e que, a composição das Comissões Permanentes sendo formalizadas, possamos trabalhar priorizando os projetos que tratam da questão da mulher. Que o Orçamento para 1998 possa contemplar de fato as políticas públicas que garantam o acesso à dignidade e à cidadania que tanto queremos para todas as companheiras do nosso País. Muito obrigada. (Palmas.)

A SRA. MARIA ELVIRA – Companheira e Deputada Rita Camata, agradeço seu aparte, que abriu a sessão, sem dúvida nenhuma, esta solenidade, devido a sua larga experiência em três mandatos, e que tem apresentado um grande número de projetos de extrema relevância, alguns já aprovados, que tratam, via de regra, de assuntos ligados à Previdência Social, à mulher e à segurança social.

Ao cumprimentá-la, aproveito para destacar a presença da Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Rosicla Darcy. Tivemos o prazer de participar, há onze anos, da formação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, no Governo José Sarney, ocasião em que estiveram ao nosso lado figuras como a Senadora Benedita da Silva, Rosa Marie Muraro, Ruth Cardoso e outras companheiras que até hoje militam no movimento fe-

minista, lutando por uma sociedade mais justa e mais igualitária.

Quero registrar também a presença de uma ex-companheira do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, a jornalista Maria Lúcia Davila Pisolante, que há quatro anos mantém o jornal *Persona*, editado aqui em Brasília, importante veículo na luta pela mulher.

Finalmente, cumprimento também as mulheres das Forças Armadas que aqui se colocam, mostrando a presença da mulher nesse segmento tão tradicional e conservador, que hoje se abre para a presença da mulher.

Sra Presidente, é na integração da visão de homens e mulheres que encontraremos o caminho para construir a sociedade com que sonhamos e na qual, seguramente, todos seremos mais felizes, vivendo a harmonia que efetivamente encontramos na natureza. Curiosamente, a natureza é uma figura feminina, tanto que a chamamos de mãe natureza.

Vejam, portanto, que nós mulheres queremos, precisamos, devemos e desejamos estar ao lado dos companheiros homens na mudança, na transformação, no crescimento, na harmonização e na democratização da nossa sociedade e não abriremos mão dessa participação.

Por isso, digo: viva 8 de março! Vamos continuar comemorando, e que em sessões como esta possamos trazer nossas visões e nossa contribuição, porque haverá um dia em que a sociedade olhará homens e mulheres de maneira igual e reconhecerá o grande papel e a grande importância da mulher na tomada das decisões.

Era o que tinha a dizer.

A SRA. PRESIDENTE (Júnia Marise) – Continuando a lista de oradores, concedo a palavra à Deputada Jandira Feghali.

Como temos ainda onze oradores inscritos, solicito a todos que se atenham ao tempo, para que tenhamos a oportunidade de ouvir todos os inscritos.

Solicito à Senhora Emilia Fernandes que assuma temporariamente a Presidência, como integrante e suplente da Mesa Diretora desta Casa.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (Bloco/PCdoB – RJ. Sem revisão da oradora.) – Sra Presidente, Senadora Emilia Fernandes; Senadora Júnia Marise, Srs e Srs. Deputados, demais componentes da Mesa, Vice-Governadora Arlete Sampaio, autoridades diplomáticas, convidados, Sra Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Rosiska Darcy, gostaria de ter trazido alguns textos de poetas brasileiros que conseguiram refletir profunda-

mente a mulher em toda sua abrangência. Sinceramente – mesmo o 8 de março sendo tão marcado pela luta em prol do trabalho e no ambiente de trabalho –, eu havia pensado em, usando a licença poética e a capacidade de compreensão de um texto talentosamente escrito por vários poetas, passar uma mensagem política e um pensamento, mas desisti porque não queria perder a possibilidade de, num plenário como este, trazer não apenas uma homenagem às mulheres brasileiras, em nome de um profundo compromisso com a luta emancipacionista da mulher, que tem meu partido, o PCdoB, e particularmente as mulheres que nele militam, mas também preocupações.

Não estou me vendendo hoje em nenhum ambiente de debate político em condições de apontar perspectivas favoráveis a nossas conquistas. Reconheço-as todas, pois são fruto de lutas concretas das mulheres brasileiras e muitas delas da nossa sociedade, porque temos tentado mudar conceitualmente o problema da mulher, não como questão específica, mas como um problema dos direitos humanos, de questões da sociedade, de forma ampla.

Mesmo assim pensando, invadimos muito do espaço institucional, tanto que temos aqui quase 300 projetos relacionados ao trabalho, à violência, à saúde, à educação, à questão democrática, aos costumes e uma série de outras questões. Acho que conseguimos mostrar que temos a preocupação e a realização no campo de bandeiras e de lutas feministas históricas importantes neste País.

Mas gostaria de tratar do problema democrático, tema abordado pela Deputada Rita Carnata em seu pronunciamento. O conceito de democracia, em nossa opinião, não é universal. Ele tem ótica de classe e se modifica dependendo ideologicamente do que domina a sociedade.

Estou falando o que quero falar. Não há restrição. Essa democracia nós conquistamos. Aliás, as mulheres tiveram grande participação na luta democrática do País. Foram às ruas e a todos os foros fazer a defesa da democratização do Brasil.

E ninguém saberia o que estamos dizendo aqui – a democracia que podemos exercitar neste microfone, na luta social, em muitos locais – se não fosse a TV Senado, porque há uma restrição em relação à divulgação da divergência. Essa democracia plena ainda não temos. A grande mídia não trabalha com a divergência, mas com a hegemonia do pensamento dominante.

Há outra ditadura que precisamos revelar aqui, que é um dos pés da nossa luta política. Creio que a

questão cultural é muito importante, e devemos sempre realçar que luta econômica sem mudança cultural do pensamento do núcleo familiar e da sociedade brasileira não tem sucesso pleno. Mas a ditadura econômica precisamos enfrentar. Já estamos vivenciando a supremacia de um Poder sobre os outros na república brasileira.

Muitos dos projetos que a Deputada Rita Camata apresentou estão engavetados porque a prioridade deste Congresso não tem sido avançar em projetos prioritários para o povo brasileiro. Mas tem sido enredado (Palmas), na verdade, em emendas constitucionais e medidas provisórias que legislam pelo Congresso brasileiro, a todo dia e a toda hora, com mais de quarenta reedições de uma mesma medida. Lamentavelmente, este Congresso, com um comportamento subalterno, não tem tido coragem de enfrentar esse tipo de dominação e de supremacia do Executivo sobre o Legislativo, colocando-se muitas vezes em uma posição absolutamente subserviente. Por isso, projetos prioritários como salário mínimo, matéria relativa ao trabalho, planejamento familiar e tantos outros não têm avançado, sequer saem da gaveta, porque não temos espaço político para que isso possa ser realizado.

Do ponto de vista da ditadura econômica, há também uma lógica que hoje tem presidido a política no País. Apesar de todos os esforços do Conselho Nacional, de bancadas de Parlamentares e de representações do movimento social não temos conseguido mudá-la, porque se estabeleceu no Brasil uma lógica de absoluta asfixia das políticas econômicas estratégicas e das políticas sociais.

Trago uma informação a quem não é Parlamentar – os Deputados acompanham o problema muito de perto – de uma peça, razão de ser de muitos parlamentos no mundo, mas que no Brasil a sociedade não conseguiu acompanhar: o Orçamento da república.

E se olharmos a concepção desse orçamento, vamos ter absoluta clareza de que a mulheres não têm como avançar neste País em suas conquistas fundamentais se não conseguirmos somar uma indignação que está neutralizada até mesmo no Congresso Nacional com a indignação dos movimentos sociais. Essa é a única fórmula que vamos ter para virar essa realidade.

A concepção orçamentária concentra mais de 33 bilhões para o pagamento de encargos financeiros da União e destina à política de saúde uma execução que não passará de 14 bilhões. O Orçamento da República concentra os seus recursos, tirando de

Ministérios fundamentais, no Ministério do Planejamento, que hoje se configura no balcão de negócios do Governo Federal.

Hoje temos uma asfixia financeira tão grande no setor de saúde, essa democracia econômica tão propalada da modernidade, que está matando as mulheres e seus filhos com a estatística de mortalidade materna. Hoje a asfixia financeira do setor da saúde, para exemplificar, está levando à grande possibilidade de uma perversidade nunca vista antes no País, que é a da absoluta seleção de clientela, a quebra da universalidade e um acesso absolutamente seletivo, por uma lado, dos chamados carentes a serviços de baixa qualidade e não integrais e, por outro, a serviços também não integrais a quem pode pagar. Assim sendo, deixaremos na absoluta indigência grandes camadas da população, não apenas da população de baixa renda, mas da classe média brasileira. Então, se não olharmos para o projeto político em curso e para esse tipo de modelo excludente, não entenderemos as dificuldades, os prejuízos e a impossibilidade de avançarmos neste momento na luta da mulher. E se também não compreendermos que os movimentos sociais que surgem têm de ter um tratamento democrático do Governo, igualmente não saberemos compreender que estamos caminhando para uma restrição da democracia.

Quero deixar meu protesto contra a forma como o Governo Federal vem tratado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que busca uma bandeira legítima e justa (Palmas), mas não tem conseguido trabalhar nesse campo democrático com uma conquista justa, que é a reforma agrária.

E aí pergunto: como avançam os trabalhadores rurais sem reforma agrária? Como avançam as mulheres trabalhadoras rurais ou da cidade com a aprovação aqui do contrato coletivo de trabalho, que, no fundamental, retira os direitos trabalhistas? Como avançamos no campo da saúde se não há recursos para manter um serviço universal de acesso por toda a população? Como avançamos no campo da educação se o Orçamento de 1997 para a área é menor do que o de 1996?

Ouço o nobre Deputado José Genoíno.

O Sr. José Genoíno – Em primeiro lugar, quero participar desta homenagem. E não poderia deixar de fazer um registro durante o pronunciamento de V. Ex.^a, nobre Deputada, no domingo, encontrava-me no Pontal do Paranapanema. Entrei num hospital para visitar uma senhora camponesa, viúva, ferida à bala, quando ela se dirigiu à Comissão de Deputados e disse que lutava naquela localidade – por

isso havia recebido os tiros – para que seus filhos não virassem mendigos ou bandidos nas favelas das grandes cidades. Ela deu esse depoimento a nós, Parlamentares, de maneira emocionada. V. Ex.^a, Deputada, tem razão quando fala sobre a dimensão pública do poder do Estado de promover aquilo que é uma universalidade na história da humanidade, ou seja, a universalização de direitos. E, ao falar em universalização de direitos a uma sobrevivência digna e legítima, de gente que não é apenas consumidor, mas cidadão, é muito adequado participar desta homenagem do Dia Internacional da Mulher. Para nós, a democracia não é uma formalidade que esconde mecanismos autoritários. A democracia é o direito à diferença, é riqueza da diversidade, e não gerar opressão e discriminação, e não gerar a uniformidade aparente da globalização do mercado ou a uniformidade aparente do deus da propriedade e do mercado, para que possamos ter seres humanos com necessidades, aspirações, fantasias e direitos. A luta contra a discriminação, em nossa história, tanto no aspecto social e econômico como no cultural e ideológico, é algo muito importante, é tarefa para quem entende a democracia no sentido amplo e radical. Por isso associo-me a V. Ex.^a nesta homenagem justa, neste dia de luta, de comemoração, de compromisso e, principalmente, de crítica a uma situação que transforma as pessoas – e, no caso, aquelas que são mais discriminadas –, num processo de beco sem saída. Por isso, considero justa esta homenagem. Ampliaremos, cada vez mais, uma cidadania que não pode ter limite e que é muito atual no Brasil de hoje. Parabéns, nobre Deputada Jandira Feghali.

A SRA. JANDIRA FEGHALI – Obrigada, Deputado José Genoíno.

Ouço, com prazer, o Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna – Meu aparte é também para me solidarizar com V. Ex.^a e com todas as mulheres. Hoje é um dia em que se comemora o que aconteceu há 140 anos, quando as mulheres de uma fábrica têxtil em Nova Iorque entraram em greve, reivindicando redução de jornada de trabalho e salário igual ao dos homens. Os patrões, surpreendidos com o inusitado movimento, trancaram as rebeldes num prédio e depois o incendiaram. Morreram 129 mulheres. Essa luta continua. Cada vez mais, as mulheres ganham espaço e justiça. Por isso, este Parlamentar da Paraíba está aqui solidário, desejando que seja lembrado esse sacrifício e, cada vez mais, as mulheres consigam um espaço que é justo e lhes é devido. Muito obrigado.

O Sr. Inácio Arruda – Deputada Jandira Feghali, V. Ex.^a me concede um aparte?

A SRA. JANDIRA FEGHALI – Tem V. Ex.^a a palavra.

O Sr. Inácio Arruda – Gostaria também, ao saudar o Dia Internacional da Mulher, de registrar essa questão que V. Ex.^a aborda sobre a essência do que se discute hoje no Brasil. Ao desmantelar o Estado nacional, qual é o resultado e quem sofre primeiro? Devo salientar que quem sofre na lógica do Estado dominado, no novo esquema de colonização que se estabelece no mundo, é exatamente a mulher. Lamentavelmente, é ela que primeiro perde o emprego, obrigada a ficar, muitas vezes, dentro de casa, cuidando exclusivamente das crianças. E no Brasil também crianças, jovens, mulheres, garotos sofrem uma discriminação brutal. Estamos num País onde as crianças ainda são escravas, ainda têm de trabalhar aos cinco anos de idade. Tudo isso está dentro do contexto que nos leva a comemorar o que alcançamos do ponto de vista de libertação da mulher em todos os aspectos. Além disso, há também uma exigência de resistência, a qual devemos somar forças neste momento para enfrentar a aplicação do projeto que desmantela países, não só o Brasil, mas a América Latina por inteiro, indo da destruição das conquistas econômicas às conquistas sociais mais elementares. E nós, ao lembrarmos o dia 8 de março, recordamos a campanha de redução da jornada de trabalho, que se iniciou há um século e que está na ordem do dia de hoje para garantir que as mulheres e também os homens não sejam despejados dos seus empregos e que os jovens tenham onde trabalhar, apesar do avanço da tecnologia e da brutalidade das políticas econômicas atuais. Precisamos, talvez, encetar uma grande campanha pelo emprego, que significa reduzir a jornada de trabalho e não ampliá-la, como estão propondo os governantes, aumentando a remuneração de horas extras ou aumentando as horas extras trabalhadas. Trabalha oito horas regulares mais três, quatro, cinco horas extras, voltando-se a 100 anos – quando a jornada de trabalho era de catorze, quinze horas – para se ter um salário um pouquinho melhor e poder sustentar a família. Penso que podemos marcar o dia 8 de março pela retomada vigorosa do movimento social e da luta da mulher em nosso País para impedir que o desastre do projeto neoliberal seja de mais sofrimento para nosso povo. Muito obrigado.

A SRA. JANDIRA FEGHALI – Obrigada, nobre Deputado Inácio Arruda.

O Sr. Arnaldo Faria de Sá – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. JANDIRA FEGHALI – Preocupo-me com o tempo. Ainda temos nove oradores.

Se V. Ex^a for bastante rápido e objetivo, eu o ouvirei.

O Sr. Arnaldo Faria de Sá – Serei bastante rápido, nobre Deputada Jandira Feghali. Na verdade, esta sessão é dedicada à mulher, mas as mulheres precisam dos homens, como estes precisam das mulheres para esta luta toda que levaremos avante. Quero cumprimentar a nobre Deputada Jandira Feghali, porque acompanho sua luta na Câmara dos Deputados e S. Ex^a sempre foi uma batalhadora em defesa dessa causa. Cumprimentando a nobre Deputada, cumprimento todas as Parlamentares do Congresso Nacional. Lamento que muitas pessoas que se dizem preocupadas com a luta na hora da verdade se escondam e não apareçam para essa luta que é extremamente importante. E nós, homens, não podemos nos esquecer de um detalhe, somos cercados de mulheres por todos os lados: nossa mãe, nossa companheira, nossa filha, nossa secretária. Temos obrigação de tentar fazer alguma coisa pela mulher, e, na verdade, com isso estaremos fazendo por nós. Entretanto, desejo registrar um fato preocupante, nobre Deputada Jandira Feghali, companheira da luta em defesa da Previdência Social na Câmara dos Deputados. Em um livro branco que a Previdência enviou ao Senado Federal, para orientar a votação da reforma previdenciária, propõe que a pensão volte a ser como era antes de 1988, ou seja, acaba com a grande conquista anterior, volta-se ao texto anterior. Aproveito este momento para fazer uma denúncia a fim de que todos fiquemos alertas para esta grande jogada que se faz para prejudicar novamente a conquista da mulher alcançada em 1988: Depois de tão pouco tempo, depois de tanta luta, querem jogar no lixo esta grande conquista. Este talvez seja o momento. E tenho certeza de que, quando acordarmos um pouco para a realidade e defendermos a mulher, estaremos defendendo também toda a humanidade.

A SRA. JANDIRA FEGHALI – Muito obrigada, Deputado.

Sr^a Presidente, o Deputado Arnaldo Faria de Sá lembra uma luta importante que está na ordem do dia deste Congresso Nacional, que trata da Previdência pública. Lamentavelmente, as seguradoras privadas deste setor vão ganhando terreno contra os direitos das mulheres conquistados na Constituinte, e, depois disso, nas leis infraconstitucionais. Isso é

grave. Realmente é importante nossa atenção e mobilização.

Na condição de Relatora da matéria sobre o aborto na Câmara dos Deputados, percebo que além da luta pela emancipação econômica, também enfrentamos uma luta ainda muito grande contra o preconceito, a questão cultural, a falta de sensibilidade, o atraso e a hipocrisia ainda existente na nossa sociedade em relação a determinados temas, inclusive este.

Para finalizar, quero deixar registrada minha indignação no Parlamento e na sociedade. É preciso garantir que nossas conquistas realmente saiam do papel, mas que não percamos direitos já conquistados, e que possamos avançar ainda mais.

Penso que só não corremos dois riscos: o de perder nossa feminilidade e a conquista cultural que temos demarcada dentro de uma sociedade masculina. Mas sabemos que as ameaças são enormes. Nós, que no caminho das artes, no caminho da luta política, mostramos nossa competência, temos de continuar demonstrando esse gás e essa energia, para que possamos somar forças de forma suprapartidária dentro e fora do Congresso Nacional, a fim de podermos avançar e impedir que políticas desastrosas no campo econômico e social arrebentem com o direito de cidadania das mulheres brasileiras.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso da Sra Jandira Feghali, a Sra Júnia Marise, 2ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra Emilia Fernandes.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Concedo a palavra à nobre Senadora Benedita da Silva.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Primeira Dama do Distrito Federal, Sra. Vice-Governadora do Distrito Federal, e demais autoridades presentes quero crer que a essa altura todos os temas foram perfeitamente tratados e fiquei quase impossibilitada de dizer algo mais. Mas como nós, mulheres, aceitamos todos os desafios, que nos são impostos e os que buscamos como afirmação da nossa presença, quero apenas fazer o que fiz na sessão de comemoração do ano passado, quando, depois de esgotados todos os assuntos, achei que seria muito mais interessante, fazer uma homenagem, e o que fiz, a Deolinda, que estava presa naquela época.

Hoje, sei que, graças ao trabalho de formiguinha, posso dizer assim, do Movimento de Mulheres,

ao interesse das próprias mulheres e, ultimamente, da articulação da bancada feminina do Congresso Nacional, articulada com o movimento popular, alcançamos importantes vitórias.

Todas essas vitórias estão aí e foram muito bem expostas pelos Congressistas.

Quero crer que o compromisso político, bem como o que temos pela frente a ser feito foi exposto, e todos nós vamos assumir nossa responsabilidade nesse contexto.

Infelizmente, gostaria apenas de ressaltar que não foi mencionado, entre tantas coisas, a ausência, hoje, de uma legislação sobre o trabalho doméstico. Faço um apelo desde já para que a Câmara dos Deputados busque dar prioridade à tramitação do projeto das trabalhadoras domésticas – e quero colocar na agenda de todas as reivindicações já mencionadas pelos demais oradores. O esforço dos partidos também é fundamental para que possamos aprovar o referido projeto.

Como disse, resolvi fazer uma homenagem e contar com a paciência de V. Exas. Prometo ser mais breve possível na minha intervenção. Trata-se da mulher que tem sido traduzida distorcidamente pela história oficial brasileira, resgatada agora para que todas possamos ser mais cúmplices de nós mesmas.

Imagino que poucas pessoas saibam que no ano de 1996 comemorou o bicentenário de Chica da Silva ou conheçam sua verdadeira trajetória, sua biografia, sua contribuição como a mulher negra que teve fundamental influência política na cidade de Diamantina do século XVIII. A maioria conhece a escrava que conseguiu liberdade graças à sua sensualidade e sexualidade, sua capacidade de sedução dos senhores da época, imagem esta transmitida pela historiografia oficial e pelas produções, tanto no cinema quanto da televisão.

Em depoimento recente, a atriz Zezé Mota, que interpretou Chica da Silva no cinema, afirmou que durante as gravações foi informada de que não adiantaria fazer pesquisas para compor a personagem, porque não existia registro histórico sobre a trajetória de Chica da Silva, o que não deixa de ser uma inverdade, pois temos conhecimento de historiadores e escritores que estudam a biografia de Chica da Silva, inclusive com livros publicados: Paulo Amador, autor de "Rei Branco, Rainha Negra", e Erlido Nascimento.

Esta mulher de caráter forte e marcante foi uma personalidade notável. A sua história é parte integrante da história do ciclo do diamante, do proces-

so de alforria de escravos e da Inconfidência Mineira. Certamente não é por acaso que a historiografia oficial ignora a sua importância ou a reduz à personagem extravagante, caricata e folclórica.

Ao contrário da lenda que transforma Chica da Silva quase em uma prostituta, o outro lado da história revela que ela foi casada com dois homens, mas foi com o segundo marido, João Fernandes da Silva, contratador responsável pela administração da mineração de ouro e diamantes, monopólio da Coroa Portuguesa, que Chica virou a rainha no imaginário popular, tendo com ele nada menos do que doze filhos. São evidências que demonstram que Chica mantinha com ele uma relação maior de que sua amante ou empregada.

Francisca da Silva, que morreu em 15 de fevereiro de 1796, aos 70 anos, como uma respeitada matriarca de Diamantina, deixou quatorze filhos, muitos deles personalidades marcantes da vida social e cultural de Minas Gerais do século XVIII. Apesar desse desfecho de sua vida já seria suficiente para contradizer o estereótipo cruel que se fez dela. Foi uma personalidade totalmente diferente da mulher leviana que se valeu do corpo para subir na vida.

Tudo isso passa longe de como Chica da Silva vem sendo retratada na história do Brasil.

Chica da Silva, em pleno século XVIII, foi uma das precursoras da mulher na atuação política e no poder, numa época em que as mulheres sequer sabiam ler e escrever. E Chica sabia ler e escrever. Mas isso a história não registra por causa da sua condição de mulher negra e escrava.

A verdadeira Chica da Silva, libertadora de inúmeros escravos, que se tornou famosa pelo poder que exerceu no Arraial do Tijuco, hoje Diamantina, foi importante figura política, que teve papel de destaque na transformação de Diamantina, uma das cidades socialmente mais liberais do Brasil naquele tempo, além de ter, pessoalmente, subvencionado a Inconfidência Mineira.

Segundo Paulo Amador, historiador de Chica da Silva, ela foi uma mulher que no escravagista e preconceituoso século XVII manteve uma capacidade de liderança que nenhum homem teve.

A biografia de Chica da Silva não é significativa apenas por ser um símbolo da dignidade da raça negra. Em termos históricos, ela sintetiza a prova de que a influência negra na cultura letrada do País já era marcante, muito antes de Machado de Assis existir.

Chica da Silva não poderia gozar de bom conceito moral por parte da sociedade mineira daquele século, na medida em que era amácia de um fidalgo português que desfrutava do prestígio e do poder político econômico, decorrente de sua fortuna pessoal e do cargo que ocupava no auge do ciclo do diamante. A união de Chica da Silva e João Fernandes de Oliveira era, no mínimo, uma agressão à moral e aos bons costumes. Como não era possível desconsiderar ou ignorar a sua importância política e social nas Minas Gerais de então, a história ofereceu o registro de algumas passagens pitorescas, folclóricas, geralmente norteadas pelas extravagâncias praticadas por Chica da Silva, deixando de registrar dados concretos e documentos, dificultando o trabalho de pesquisadores que buscam o resgate de sua influência no processo político da época.

Embora os dados disponíveis sobre Chica da Silva sejam escassos, é possível visualizar a sua participação no desenvolvimento cultural de Minas Gerais. Foi uma das mais ativas protetoras das artes, construindo salas de espetáculos onde apresentavam-se conceituados artistas da época. Fundou uma escola de pintores, cuja produção pode ainda hoje ser admirada nas igrejas locais. Ajudou na consolidação do Convento de Macaúbas, onde educou nove filhas. De sua família, fez um padre, uma freira, um desembargador e um conceituado naturalista. Financiava a alforria de inúmeros escravos. Investiu recursos financeiros na organização da Inconfidência Mineira. Induzido por Chica da Silva, João Fernandes liberou todo escravo que encontrasse um diamante com mais de 60 quilates. Em 1888 quando foi assinada a Lei Áurea, mais da metade dos escravos de Diamantina já eram libertos. E mais do que isso: tinham participação na vida social da sociedade.

A bibliografia consultada informa que Francisca da Silva era filha da escrava Maria da Costa com o Coronel Rolim. Foi escrava de Francisco da Silva Oliveira e da família Rolim, tendo adquirido o status de alforriada através de João Francisco de Oliveira.

Apesar de bastante fragmentada, a biografia de Chica da Silva registra que, quando da volta de João Fernandes para Portugal, este levou consigo os filhos homens, deixando em Diamantina, em companhia da mãe, as filhas mulheres. Simão Pires Sardinha, filho do primeiro casamento da Chica, foi para a Europa com João Fernandes, onde recebeu educação esmerada, freqüentando as melhores universidades europeias, chegando a ocupar importantes cargos na Corte Portuguesa.

A vida de Chica da Silva, transfigurada pela lenda, inspirou Antônio Callado a produzir a peça "O Tesouro de Chica da Silva", em 1959, e foi tema do filme brasileiro "Chica da Silva", de direção de Cacá Diegues, com Zezé Mota no papel principal.

O resgate de Chica da Silva, no ano em que se registrou o bicentenário de sua morte, justifica-se não só pelo valor histórico que representa, mas também para nortear o questionamento que se coloca na sociedade brasileira hoje quanto à visibilidade dos descendentes africanos.

Já é hora de os livros didáticos superarem os capítulos sobre a contribuição cultural do negro, registrando a verdadeira contribuição dos afrodescendentes.

Quando resgatamos Chica da Silva, estamos na verdade resgatando um sem-número de mulheres e homens excluídos. Buscamos dar visibilidade e transparência à nossa existência, enquanto cidadãos, profissionais, pais e mães, mulheres e homens, inegavelmente inseridos no contexto nacional nos seus mais diversos segmentos. É o respeito aos nossos valores; é o direito à dignidade, à diversidade e à diferença que nos une.

Pensava fazer um outro pronunciamento, que já estava pronto. Na medida em que ouvia os oradores e oradoras, fui convencida de que deveria ousar como sempre faço em determinados momentos, porque resgatar e homenagear Chica da Silva é introduzir um componente novo na relação de mulher para mulher. É poder também assumir esse compromisso da sociedade brasileira que, em todo esse processo dito por todas e todos que aqui passaram, teve exatamente na mulher, no segmento da mulher negra, um momento crucial para implantar a justiça social e para economicamente explorar a mão-de-obra escrava neste País.

E é por isso que eu não poderia deixar de fazer este pronunciamento, ainda que tenha prestado esta homenagem a Chica da Silva, no Senado Federal, por ocasião dos seus 200 anos. Mas quis aqui fazê-lo hoje como uma homenagem a todas as mulheres, porque sei que as mulheres negras não só amamentaram todos nós, mas elas também deram a sua contribuição política, cultural, artística, intelectual e ainda são marginalizadas, e somos invisíveis em todo o contexto nacional.

Concluo, Srª Presidente, Srºs e Srs. Congressistas, recitando uma poesia muito interessante. Ela é de minha autoria: não é interessante por isso mas porque foi tirada do coração, do dia-a-dia, do que eu penso de nós, mulheres negras:

Nós, mulheres negras
 Tulipas, Jóias,
 Negras pérolas, Orquídeas, rosas,
 Belas e Famosas.

Olhos negros,
 Negro olhar.
 Fascinante,
 Estonteante.
 Quente!

Negra bonita, invadida, possuída.
 Sentida, magoada, doída.
 Ousadia, rebitada, consciente, unida,
 Que sabe rir da vida.

Mexe, remexe, requebra, rebela
 Diz que vai, mas não vai.
 Com segurança, canta a esperança,
 Derruba os preconceitos,
 Escancara os sentimentos.
 Bota banca e exige respeito.
 (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Concedo a palavra à nobre Deputada Raquel Capiberibe.

A SRA. RAQUEL CAPIBERIBE (PSB-AP. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, demais membros da Mesa, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, demais convidados, autoridades, abro mão do discurso que faria com a preocupação dos oradores que ainda deverão assomar à tribuna e em respeito também aos visitantes.

Peço licença à companheira e amiga Deputada Jandira Feghali para fazer do seu discurso o meu pronunciamento e o da companheira e amiga Deputada Rita Camata. Acrescento apenas uma preocupação de mulher que anda por este País, que tem convivido com prefeituras e governos, procurando descobrir qual a razão de tanta miséria, além da política econômica desenvolvida erroneamente. E chegamos a uma infeliz conclusão: o dinheiro público, na sua grande maioria, vai pelo ralo da corrupção, quando deveria ser aplicado em educação, saúde, programas de moradia, de forma a dar uma vida mais digna para o povo brasileiro.

Pesquisa que li há pouco tempo demonstrava que de cada cem reais destinados à educação apenas vinte chegam à sala de aula. Oitenta reais, ou seja, 80% escorrem pelas valas, pelo esgoto da corrupção e da burocracia deste País.

Portanto, externo minha indignação de mãe, mulher e Deputada que ajudou a fazer a Constituição brasileira, juntamente com tantas companheiras

– inclusive as duas Senadoras que compõem a Mesa. Essa indignação tem ficado calada dentro de mim, porque não é possível haver tantas leis, tanta discussão, sem nada efetivo, sem nada de concreto para melhorar as condições de vida da mulher brasileira.

Somos mais da metade da população. Somos, na grande maioria, analfabetos. Temos um número enorme de prostitutas, como ocorreu no meu Estado, meninas de dez anos, que, como dizem os homens daquela localidade, na sua linguagem, já estão comprometidas para um futuro de um ano. Meninas de dez anos foram vendidas para a prostituição.

Não há como melhorar as condições de vida da população do nosso País, principalmente das mulheres brasileiras, se não fizermos uma ação efetiva para que se cumpram as leis e para que possamos fazer com que as denúncias de corrupção sejam apuradas e punidas, a fim de que se dê exemplos aos futuros mandatários nos Municípios, nos Estados e na Presidência da República.

Portanto, saúdo e parabenizo todas as mulheres, solicitando que juntemos a nossa indignação à de tantas companheiras que lutam nas duas Casas do Congresso Nacional e em tantos outros lugares do País, para que possamos ver no futuro as mulheres respeitadas.

As nossas conquistas não nos foram dadas por entenderem que devemos estar numa situação melhor, mas porque temos travado lutas incessantes para conquistarmos espaços, direitos, os quais temos o temor de vê-los, mais uma vez, sendo acabados por um programa de governo que não tem qualquer preocupação com os trabalhadores, com os oprimidos e com os excluídos. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Concedo a palavra à nobre Senadora Marluce Pinto e convido a Senadora Marina Silva para fazer parte da Mesa.

A SRA. MARLUCE PINTO (PMDB-RR. Pronuncia o seguinte discurso.) – Exma. Sra. Presidente em exercício, Senadora Emilia Fernandes, Senadora Benedita da Silva, Sras e Srs. Congressistas, demais autoridades, não restam dúvidas de que, nos últimos tempos, a mulher vem ocupando significativos espaços, representando, hoje, um novo vetor político interessado nas decisões sobre os novos rumos que deverá tomar a sociedade.

Devagar, mas irreversivelmente, assumimos os mais variados cargos e funções.

Um exemplo disso vimos ocorrer nas últimas eleições, nas quais, num universo de no máximo

20% das candidaturas postas, tivemos considerável aumento de nossa representatividade nas prefeituras e vereanças municipais. Quero ressaltar que na capital do meu Estado, Boa Vista, 43% foi o número das Vereadoras que assumiram a Câmara Municipal.

Considerando que os direitos políticos das brasileiras somente ocorreram em 1934, bem podemos avaliar o quanto foi conquistado no espaço de apenas 63 anos.

Mais recentemente dois fatos da maior importância foram publicados nas páginas de nossa imprensa: a escolha por unanimidade da escritora Nélida Piñon para a Presidência da Academia Brasileira de Letras, onde jamais uma mulher ocupara o cargo em colegiado com 90% de homens; e a indicação da norte-americana Madeleine Albright para liderar a diplomacia de seus país.

Por tudo isso, e muito mais, concluímos que a efetiva participação feminina nos destinos da raça humana assumiu caráter irreversível.

Todavia, números e estatísticas ainda apontam para uma triste realidade. A ONU, por exemplo, afirma em relatório recém-publicado que as mulheres representam 70% dos pobres do mundo. E mais grave ainda: somam dois terços do contingente de analfabetos do nosso planeta.

Outra dolorosa constatação oficial da Organização das Nações Unidas é a de que dos mais de 30 milhões de refugiados, em virtude de conflitos armados existentes no mundo, 23 milhões são do sexo feminino. Nesse mesmo relatório da ONU, infelizmente, nosso País é colocado em 58º lugar quanto à participação da mulher em postos de destaque na economia e na política.

Também temos outros dados, aqui mesmo coletados, que concluem que apenas um terço das trabalhadoras brasileiras possuem carteira assinada; que no trabalho informal a presença feminina é superior a 60% e que no campo, onde os benefícios mínimos garantidos constitucionalmente a qualquer cidadão são praticamente 100% desprezados, mais de 40% dos trabalhadores são mulheres, com a agravante de que crianças e adolescentes são exploradas em trabalho quase escravo.

Outras estatísticas, elaboradas a partir de informações colhidas em delegacias, presídios e centros de reabilitação, mostram que em nosso País cerca de 450 mil mulheres, anualmente, sofrem algum tipo de agressão física, dentro e fora do lar, com altíssimo percentual de lesões corporais. Pior ainda foi a constatação de que 95% dos casos de agressões a

menores são praticados contra crianças do sexo feminino.

É inaceitável, meus nobres pares, a conclusão de que a média salarial das trabalhadoras brasileiras é de aproximadamente 60% a menos do que a dos homens em serviços correlatos e de que a força de trabalho feminino representa 61% daqueles que recebem no máximo dois salários mínimos por mês.

Na saúde, é inaceitável a constatação de que nosso País pratica 32% de cesarianas contra os 15% máximos aceitáveis pela Organização Mundial de Saúde; de que a esterilização é prática comum entre nossas mulheres; e de que a taxa de mortalidade maternal atinge cifras não condizentes com o mundo moderno.

Muitas outras informações, números e estatísticas poderiam desfilar, mostrando as injustiças ainda existentes em nosso solo pátrio. A exiguidade de tempo, infelizmente, não me permite fazê-las.

O fato, Srª Presidente, é que temos de enfrentar de frente essas e outras questões não menos graves.

Urge que justiça se faça. E que sejamos nós, legisladores, os primeiros a fazer os direitos inalienáveis do ser humano em sua igualdade plena valorem. No mínimo, que façamos respeitar o que está escrito no art. 5º, inciso I, de nossa Carta Magna, em que todos são iguais perante a lei e que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações.

Desde 5 de outubro de 1988 que a nossa Carta Magna foi promulgada. Muitos foram os direitos adquiridos pelas mulheres. Àquela época, conseguimos que as mulheres tivessem participação e direitos igualitários, como também obrigações. Mas não conseguimos até hoje que isso viesse a acontecer.

Lembro que, antes de 1988, o Código Civil determinava que somente os varões, os pais, tinham direito de registrar os seus filhos e também de assinar as escrituras, quando eram adquiridos bens para os filhos. A Constituição de 1988 corrigiu essa distorção, porque naquela época somente a mãe solteira registrava os seus filhos. E hoje tanto o pai como a mãe podem registrar seus filhos, como as mães podem assinar escrituras de propriedades de imóveis para seus filhos.

Uma das conquistas que conseguimos e que mais me gratifica, principalmente no momento, foi quando concedemos à mulher o direito ao seu título de terra. No meu Estado, quantas e quantas mulheres acompanhavam seus maridos para o campo, quantas lutavam para que eles recebessem seus títulos de terra, mas elas não tinham direito.

Vocês não o avaliam a minha satisfação quando, no meu Estado, pela primeira vez, através de um trabalho realizado pelo Incra, entreguei à primeira mulher roraimense seu título definitivo de terra.

Hoje acompanhamos esses conflitos pelo Brasil afora e vemos na linha de frente nossas companheiras lutarem com seus maridos, ou então viúvas, como já houve um caso relatado aqui de uma mulher que foi assassinada, uma viúva que tentava ter a sua terra para que seus filhos não ficassem à mercê das desventuras que ainda acontecem em nosso País.

Então, é por isso que nós, legisladoras, temos a obrigação de cobrar. As leis hoje não são discriminatórias, mas não são cumpridas. Não adianta que todo ano se use essa tribuna para falar sobre a mulher, apresentando nossas conquistas, se temos a consciência plena de que tudo continua quase como antigamente.

Como as demais, também tinha um outro discurso. Mas foram tantas as oradoras que nos precederam, que não pude ficar repetindo muitos e muitos relatos.

Mas queremos dizer que se não passarmos do discurso e enfrentarmos a realidade para que as coisas aconteçam, vamos chegar ao novo milênio – outros vão nos suceder – sem que as mulheres realmente tenham os seus direitos garantidos não sómente na Constituição, que deixa muito a desejar. (Palmas.)

Durante o discurso da Srª Marluce Pinto, a Srª Emilia Fernandes deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Srª Júnia Marise, 2ª Vice-Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Júnia Marise) – Comunico que a Srª Vice-Governadora do Distrito Federal pede licença para se ausentar, por ter outros compromissos.

Concedo a palavra à nobre Deputada Etevalda Grassi.

A SRA. ETEVALDA GRASSI DE MENEZES (PTB – ES. Sem revisão da oradora.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, Srª Primeira-Dama e demais autoridades, dentre as quais destaco o Prefeito de Linhares, Guerino Zanone, do Estado do Espírito Santo, cidade da qual sou representante, mais uma vez nos reunimos para marcar a passagem do Dia Internacional da Mulher. Como muitas das homenagens que a sociedade moderna habitou-se a instituir, configura-se também esta, na verdade, uma espécie de compensação, um tipo de purgação coletiva pelo desrespeito aos direitos fun-

damentais e à dignidade das chamadas minorias sociais.

À falta de medidas efetivas, aptas a alterar realmente os comportamentos, erradicando as injustiças, repetimos anualmente um *mea culpa* formal, um compromisso retórico com a mudança, cuja fecundidade nem sempre corresponde aos idéias que intimamente cultivamos.

Anseio, nobres Parlamentares, pelo despontar de um tempo em que todos os dias serão dias da mulher, do índio, da criança, do aposentado, do idoso, dos negros e dos demais. Um tempo em que não mais necessitaremos de homenagens como esta, um tempo em que os desagravos se mostrarão ociosos, porque o sistema terá aprendido a respeitar a cada um apenas por sua condição de cidadania, não por sua força, ou poder, ou capacidade de trabalhar e produzir.

Não há como negar, contudo, principalmente no que respeita os direitos da mulher em particular, que muito já progredimos – mesmo que primordialmente no campo ideológico – desde as passeatas inaugurais da luta feminista organizada, ainda em meados do século passado. No mundo civilizado ao menos já não transita com ares de impunidade, hoje, o discurso de contestação à isonomia entre os sexos. Algumas exceções ainda persistem, é claro, mesmo às portas do terceiro milênio, mas em regiões e sob circunstâncias bem determinadas; exceções que mais comprovamos do que desmentem a regra geral.

Tantos avanços não se deram espontaneamente, mas foram arrancados à luz pelo fórceps da imobilização política, como, aliás, é a regra das grandes conquistas sociais. Desde a luta pelos direitos civis mais básicos, como o de votar e serem votadas, até a chacina cruel e injusta de dezenas de operárias, no dia 8 de março de 1857, nos Estados Unidos, queimadas vivas dentro de uma fábrica, em punição pela ousadia de protestarem contra as más condições de trabalho e a flagrante desigualdade perante os homens.

No Brasil, já desde 1932 conquistamos no plano jurídico-formal o pleno exercício da cidadania. Não se pode afirmar, no entanto, que essa vitória tenha repercutido efetivamente no cotidiano. As marcas do ranço cultural machista só a custo e muito lentamente vêm se apagando, o que fez necessário inserir em nossa legislação, acompanhando as recomendações da Conferência Mundial sobre População e Desenvolvimento, realizada em 1994, no Cairo, um mecanismo que incentivasse a participação

igualitária da mulher no processo político e que lhe proporcionasse meios de atingir uma representação eqüitativa em todos os níveis da vida pública.

Tal foi o objetivo da garantia de um percentual mínimo a candidatas do sexo feminino nas últimas eleições municipais. Os resultados, auspiciosos, reforçam a esperança de que tenhamos iniciado, pela vertente da política, o equilíbrio desse balanço desvirtuado de poderes entre os gêneros, um primeiro passo cujo sucesso certamente irá lastrear-se pelos demais ramos de atividades sociais.

Todo esse progresso no plano jurídico acabou por abrir um fosso acentuado entre as instituições legais e o dia-a-dia, porém. Na prática, estamos ainda muito distantes da separação definitiva e efetiva das desigualdades, principalmente no que diz respeito às oportunidades de emprego e aos sistemas educacional e de saúde pública.

O incremento da participação das mulheres no mercado de trabalho, nos últimos vinte anos, deu-se em condições as mais perversas, concentrando-se no setor terciário, em funções de prestígio social e remuneração mais baixos. Cerca de metade das trabalhadoras inscreve-se na chamada economia informal, porcentagem significativamente maior do que a que se observa entre os homens. E mesmo quando exercem atividades similares, sofrem também com outro tipo de discriminação: no caso dos serviços domésticos, por exemplo, apenas 19% das empregadas mulheres têm carteira assinada, contra quase 40% dos homens. A média de rendimentos femininos em área urbana, ademais, não chega a atingir 60% dos destinados a homens.

Já no que respeita à educação, o desprivilégio feminino é de natureza qualitativa, mais do que quantitativa: reservam-se a elas, preferencialmente, cursos estereotipados e socialmente desvalorizados, num processo que tende a agravar a desigualdade em lugar de contribuir para erradicá-la.

Não se podem, assim, desprezar os desafios que ainda estão por vir. Se houve progressos significativos neste último século e meio, é verdade também que ainda nos restam muitas e muitas barreiras a suplantar, tantas que é possível que esta geração não chegue a presenciar o instante de derrear os estandartes e festejar a vitória definitiva.

Nada nos arrebatará, apesar de tudo, a certeza de estarmos combatendo o bom combate; a confiança de termos nos engajado em uma luta justa, necessária e legítima; a sensação de que estamos escrevendo, neste século que se fez um dos capítulos mais significativos da evolução social do Ocidente,

as linhas que poderão revolucionar toda a história da humanidade.

Ao longo de décadas, a mulher conquistou e garantiu seu espaço na sociedade. Muito já foi feito, mas muito mais precisa ainda ser realizado. A mulher na sociedade moderna caminha pari passu com a evolução constante, efervescente do mundo atual. Estamos no limiar de um novo século, e será nesse século, com certeza absoluta, que haveremos de deixar de ser apenas dados estatísticos em uma planilha que mostra a participação da mulher no mercado de trabalho e nos claros de uma sociedade repleta de preconceitos e intolerância contra a mulher.

Quero agradecer a todas ainda presentes, neste Dia Internacional da Mulher, dia oficial, porque todo dia é dia da mulher, da mulher mãe; da mulher doméstica; da mulher trabalhadora rural, com suas mãos calejadas; da mulher educadora; da mulher enfermeira. Quero agradecer às companheiras, aos companheiros que ainda nos prestigiam, apesar de sermos uma das últimas a falar, porque temos de ter tolerância, coragem e continuar na luta em nome e em defesa da mulher. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Júnia Marise) – Continuando a lista de oradores, convido a nobre Deputada Esther Grossi para usar da palavra.

Antes, queremos agradecer a Srª Gladys Buarque, Primeira-Dama do Distrito Federal, a presença que muito nos honrou nesta sessão de homenagem ao Dia Internacional da Mulher. A Srª Gladys pede desculpas porque tem um compromisso e por isso tem de se ausentar.

A SRA. ESTHER GROSSI (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Srª Presidente, Srªs componentes da Mesa, Senadoras e Senadores, Deputadas e Deputados, Srs. convidados que muito nos honram, não me furto de usar este microfone, apesar do adiantado da hora, porque efectivamente creio que prestamos, em nome do Partido dos Trabalhadores, uma homenagem muito singular às mulheres, qual seja, a de aumentar-lhes saber, poder e felicidade através de duas ONG de Porto Alegre, o GEEMPA e o THEMIS, que junto com o MEC propõem uma alfabetização de mil mulheres em três meses, projeto a ser assinado nesta semana, depois de amanhã, com o Governo Federal.

As mulheres, maioria entre os gêneros, são maioria ainda entre as analfabetas adultas. O tempo da mera sensibilização e da denúncia sobre as enormes injustiças que ainda pairam sobre nós mulheres

está sendo substituído e precisa ainda ser muito ampliado por projetos de lei nesse sentido e por muitíssimos projetos de ação. Dentre esses situa-se o projeto de alfabetização de mulheres em três meses, que começará em Porto Alegre, mas que poderá se estender pelo Brasil, em futuro próximo, levando a tantas mulheres analfabetas o prazer de se fazerem leitoras. Na privação do prazer que a construção real de conhecimentos proporciona, reside a principal injustiça nesse caso. A não-descoberta do milagre da combinação das letras para formar sílabas, das sílabas para gerar palavras, dessas para construir frases e, com essas, ingressar no mundo mágico da literatura e das ciências, é o centro da privação a que estão submetidas ainda milhões de mulheres em nosso País.

E os programas de alfabetização, sobretudo de adultos, desde o primeiro, em 1854, até os mais recentes como o Mobral e a Fundação Educar, têm apresentado resultados insuficientes e desanimadores, isto é, muito poucos analfabetos conseguem realmente chegar ao fim do processo de aprendizagem lendo e escrevendo.

O novo e animador convênio que se firma entre o MEC e as duas ONG de Porto Alegre é que ele se ampara em conquistas recentes e consistentes das ciências do aprender, que lhes podem garantir eficácia e eficiência. Há mais de dez anos, experiências concretas de alfabetização de jovens e adultos em três meses, sem nenhuma evasão, vêm acontecendo, inclusive divulgadas em livros como o de Irene Terezinha Fuck, delicioso e imprescindível.

Essas conquistas são realmente novas, a ponto de configurarem uma ruptura com o construtivismo piagetiano, que dominou a cena das ciências da inteligência durante todo este século. Exatamente no momento em que desaparecem duas grandes colaboradoras de Piaget, Hermine Sinclair e Barbel Inhelder, a quem incluímos carinhosamente na homenagem de hoje, esboçam-se no mundo científico as elaborações chamadas pós-piagetianas. Pós e não ante, com as quais se pode garantir a validade das teses de Jean Piaget, ameaçadas de obsolescência se não se associarem às de outros pensadores como Vygotsky, Wallon, Paulo Freire, Emilia Ferriero, Gérard Vergnaud e Sara Paín.

Saber é Poder, o projeto cujo convênio com o MEC será assinado solenemente na próxima sexta-feira nas comemorações do Governo Federal pelo Dia Internacional da Mulher, tem a singularidade de garantir a cada professora alfabetizadora um valor pela empreitada de alfabetizar vinte mulheres em

um prazo de três meses. Se não garantir 10% de permanência do seu grupo de alunas, receberá proporcionalmente menos e corresponderá às que se evadirem.

No mesmo espírito, se ultrapassar os três meses, continuará com o mesmo pró-labore.

Outrossim, as alfabetizandas que tiverem 100% de freqüência e de aproveitamento serão agraciadas com a bolsa-escola.

Estas duas características do Projeto Saber é Poder visam assegurar um dos pré-requisitos para o êxito das aprendizagens escolares, que é a força do grupo, da turma estável de alunos. As evasões, particularmente em programas de alfabetização de adultos, são fatais para o seu sucesso.

No âmbito do desafio da difícil harmonia entre o público e o privado, na vida das mulheres que o estágio atual das lutas pela igualdade e justiça entre os sexos nos impõem, saudamos todas as iniciativas que superem o mero nível da queixa e avancem no estabelecimento das condições para que homens e mulheres, em parceria, tornem este mundo um lugar onde o prazer seja possível e para todos. (Palmas.)

Durante o discurso da Srª Esther Grossi, a Srª Júnia Marise, 2ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Srª Marluce Pinto.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Concedo a palavra à Deputada Joana Darc.

A SRA. JOANA DARC (Bloco/PT – MG. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, demais autoridades, ocupo esta tribuna para prestar um tributo à mulher. Hoje, desejo especialmente falar de dois problemas vividos pela mulher brasileira, com os quais muito tenho me preocupado.

Assim sendo, desejo chamar a atenção principalmente das autoridades com relação aos problemas ocorridos.

Hoje, no Brasil, sinto de perto a situação das mulheres rurais que conseguem de forma alguma aposentar-se, depois de uma vida intensa de trabalho, com mãos calejadas adquiridas com a enxada, a vida inteira trabalhando ao lado do seu marido e dos seus filhos.

Anteriormente, havia uma legislação que proporcionava um certo benefício às mulheres. Através do preenchimento de um formulário, apresentava-se o nome do patrão para quem havia trabalhado, bem como o número de inscrição da propriedade no INCRA, e ela conseguia se aposentar com a homologação do Ministério Público perante o INPS.

Hoje, isso não ocorre. Para ela comprovar que trabalhou na roça, que puxou a enxada a vida inteira, que tem as mãos calejadas pelo trabalho, que sofreu a vida inteira, tentando uma aposentadoria para ganhar um salário miserável, ela tem de entrar com uma ação judicial. O que normalmente não acontece, porque a trabalhadora rural jamais consegue provar o seu tempo de trabalho. Ela jamais teve carteira assinada, ou qualquer documento, na época em que trabalhava, para provar que trabalhou durante aquele período todo. Portanto, tais provas materiais não existem, o que dificulta cada vez mais a vida daquela que mais sofre na nossa sociedade, a mulher rural, além do seu marido agricultor.

Solicito às autoridades que dêem mais atenção aos problemas das mulheres, principalmente no que diz respeito à desigualdade. É lamentável que, ao final de suas vidas as trabalhadoras não recebam sequer a miserável aposentadoria de um salário míni- mo.

Homenageio sobretudo as mulheres de nosso País que morrem de uma doença plenamente curável – o câncer de colo uterino. Basta dizer que 7 mil mulheres morrem, hoje, porque não conseguem ter acesso a um tratamento preventivo das doenças sexualmente transmissíveis, plenamente detectáveis através do exame papanicolau. Quando tais doenças são percebidas no início, o tratamento é simples, como a aplicação de pomadas e cauterizações.

Portanto, não podemos permitir que problemas desse tipo ocorram mais em nosso País.

Finalmente, solicito ao Governo Federal que destine uma verba especial para que as mulheres possam ser informadas quanto à prevenção do câncer de colo uterino, e que o atendimento possa ser levado a todas as mulheres em nosso País, evitando-se, dessa forma, tragédias como a anteriormente referida.

Um grande abraço a todas as mulheres do nosso Brasil e do mundo. Espero que, finalmente, consigamos, com a luta de todos nós, uma vitória maior, para que possamos viver numa sociedade justa e fraterna.

Um grande abraço a todos. (Palmas.)

Durante o discurso da Sra. Joana Darc, a Sra. Marluce Pinto deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Júnia Marise, 2ª Vice-Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Júnia Marise) – Concede a palavra à nobre Deputada Regina Lino.

A SRA. REGINA LINO (Bloco/PMDB-AC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sra. Presidente, Sras.

e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, autoridades civis, militares, lideranças femininas, temos nos perguntado o que significa a comemoração do Dia Internacional da Mulher, no Brasil de hoje, no âmbito desta Casa, o Congresso Nacional, que abriga cada vez mais militantes da causa feminina, lutando incansavelmente pela adaptação de nossa legislação à realidade da mulher brasileira contemporânea. Qual o verdadeiro sentido dessa batalha que se trava ainda no meio ao preconceito e à discriminação e ainda se impõe como urgente e inadiável no cenário nacional?

Estamos aqui reunidas, como fazemos todos os anos, aproveitando o ensejo desta data para avaliar nossas conquistas e insucessos e, assim, discernir os próximos passos, as novas estratégias, a redefinição de prioridades. Já se vai quase um século desde que todas as mulheres do mundo pleitearam pela primeira vez o elementar direito de ter direitos e assim imprimiram nova feição às sociedades moderna e contemporânea. Mas ainda há um longo caminho a percorrer, no Brasil e no mundo, até que possam exercê-lo plena e cotidianamente, até que as estruturas sociais se modifiquem de fato e incorporem o novo papel da mulher em suas várias modalidades.

O mundo mudou desde que a mulher se dispôs a repensar a história e a oferecer, cada vez mais ostensivamente, sua reflexão sobre ela. Em todos os campos do saber brilham as mentes femininas; em todas as profissões, mulheres estão presentes como poderosa força de trabalho; em todas as famílias, mantêm-se como esteio e preservação de valores essenciais da natureza humana. Números recentes, porém, revelam o predomínio de formas variadas de opressão contra a mulher, demonstrando o quanto é ainda mais desvalorizada e injustiçada em suas diversas áreas de atuação. Embora sejam responsáveis por 65 a 75% do total de horas trabalhadas, produzindo 45% dos alimentos em todo o mundo, elas detêm apenas 10% da renda e 1% das propriedades. Por trabalho similar ou idêntico, ganham de três quartos à metade do que ganham os homens. Constituem, muitas vezes por opção familiar, 60% da população analfabeta mundial; e, na esmagadora maioria dos países, sejam mais ou menos desenvolvidos, ocupam de 5 a 11% dos postos governamentais.

Como reflexo de um condicionamento ancestral, que por sua vez obedece a formas históricas de exploração e poder, reservou-se à mulher, e por longos séculos, o papel exclusivo de dona de casa e mãe. Como se não bastasse o pesadíssimo ônus de tal exclusividade, ainda foi preciso desqualificá-la;

assim é que os serviços domésticos, em praticamente todos os países do mundo, foram e são considerados como tarefa de relevância secundária, importante apenas para a perpetuação de um abominável **status quo**. Em consequência, e mesmo nos dias de hoje, significativa parcela da população feminina absorve e aceita o estereótipo que lhe foi impingido pela ótica masculina, e desenvolve, ela mesma, o preconceito introjetado.

Na especialidade do contexto brasileiro, a cultura de discriminação que oprime e desvaloriza a mulher combinou-se a fatores de natureza econômica para puni-la de forma absolutamente cruel. A altíssima concentração de renda vigente no País exclui da vida produtiva imenso contingente de homens e mulheres que não usufruem de seus fundamentais direitos como pessoa e cidadão, permanecendo à margem de benefícios mínimos como saúde e educação. Sofrem as mulheres, porém, um constrangimento ainda mais brutal, originário de discriminação secular, e que as expõe a todo tipo de violência: física, sexual, profissional, moral e política.

Todos os dias, assistimos a episódios execráveis de espancamento e abuso sexual – impostos à mulher pelo próprio marido –, a assassinatos cometidos em nome da suposta honra masculina, a estupros que permanecem impunes, à prática de prostituição forçada entre meninas carentes, à exposição desrespeitosa e banalizada do corpo feminino realizada pela publicidade. Conhecemos também o índice inaceitável de mortalidade materna que vigora no País, decorrente da falta de cuidados elementares no momento do parto; o absurdo percentual de mulheres levianamente esterilizadas, quando poderiam recorrer a métodos menos drásticos de contraceção e conhecer as verdadeiras premissas do planejamento familiar; a exigência de atestado de laqueadura tubária ou teste negativo de gravidez, quando não de estado civil, para admissão em postos de trabalho. Verificamos ainda no campo e na cidade a disparidade salarial entre homens e mulheres que, com total coincidência de funções, a util e ostensiva desvalorização da capacidade intelectual feminina, que tem de provar exaustivamente sua competência, ainda que superqualificada profissionalmente; a dupla jornada de trabalho exigida da mulher, que ainda é prioritariamente responsável pela educação dos filhos e pela administração do lar. Poderíamos finalizar com a proposital exclusão das mulheres nas esferas de maior poder decisório, reduzindo a sua participação a percentuais absolutamente incompatíveis com o contingente demográfico verificado.

A enumeração de todos esses problemas não ofusca, por certo, as conquistas a que todas fizemos jus nas últimas décadas no Brasil. Aí estão as delegacias especializadas, operando em todos os Estados do País; o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, para o qual convergem as reivindicações e as sugestões em todas as áreas de atuação feminina; alguns avanços importantes em termos de saúde pública, como a implantação parcial do Plano de Assistência Integral à Saúde da Mulher, e em termo de representatividade política, como a exigência de percentual mínimo de mulheres nas bancadas partidárias. Não obstante esses fatos, temos que nos conscientizar que muito ainda devíamos à mulher brasileira, sobretudo no que se refere às diversas formas de violência contra elas praticadas.

É sobretudo com esse propósito que ocupamos hoje esta tribuna: para compreender que homenagear a mulher brasileira nos dias atuais é atitude que deve ultrapassar o reconhecimento de suas potencialidades ou mesmo reivindicação de seus direitos como pessoa e cidadã. Trata-se, aqui, de assumir o compromisso de trabalhar efetivamente pela politização do universo feminino, pelo oferecimento de condições reais de educação e preservação da saúde, pela disponibilização de mecanismos operantes de proteção contra a violência física e sexual. O momento é de ação, no sentido de cristalizar os avanços obtidos e de abrir caminho para novas conquistas. O que todos desejamos é a construção de uma mentalidade outra, pela qual a mulher seja simultaneamente equiparada ao homem e dele diferenciada, na exata interseção de seus atributos genéricos, como ser humano, e específicos, como mulher.

Que este Dia Internacional da Mulher possa significar, pois, a abertura de uma nova etapa da democracia brasileira, que jamais será real se não absorver definitivamente a questão da mulher. Seja esta Casa, por meio do trabalho constante e inabalável de todos os seus membros, um poderoso instrumento de emancipação da mulher brasileira, que merece viver o novo milênio em uma sociedade mais justa, mais digna, mais humana, mais afeta aos valores supremos da ética e da liberdade. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Júnia Marise) – Continuando com a lista de oradores, convido a fazer uso da palavra a nobre Deputada Nair Xavier Lobo.

A SRA. NAIR XAVIER LOBO (Bloco/PMDB – GO. Sem revisão da oradora.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, pensava, quando ouvia as oradoras que me antecederam, na polêmica que encerra a eleição do Dia Internacional da Mulher. Ouvi,

mesmo ali sentada na cadeia, uma abordagem do nobre Deputado Pedro Wilson, que dizia: "Oxalá a mulher não queira mais do que um dia".

Como polemista que sou, cheguei a encarnar os primeiros dois versos de um poema que dediquei ao Dia Internacional da Mulher. Falavam exatamente o seguinte:

Oito de março foi o dia eleito para reverenciar você, mulher, como se quisesse resgatar os tantos outros perdidos neste longo passado de direitos preteridos.

E, por aí, fazia algumas alusões à história da mulher, à luta, ao resgate, aos direitos conquistados. Estas palavras são para refletirmos exatamente sobre o seguinte: embora a data encerre uma polêmica, fiz veicular, em **outdoor**, a mensagem "Dia 8 de março é o Dia Internacional da Mulher e os outros 364 dias também". Foi muito importante que elegêssemos para homenagear as mulheres, porque nós, que cuidamos de tantas tarefas, de tantos assuntos – e jamais podermos nos esquecer, como legisladoras, que somos mulheres –, sabermos que existem apelos e homenagens – neste momento, apresentam-se como apelos – que nos chamam novamente à consciência, para retomarmos algumas lutas, repensar alguns temas e nos programar.

Veja que apenas pela data – e sobretudo pela data – meu jornalzinho, de prestação de contas ao eleitor, ocupou todas as páginas com temas reservados às mulheres: assédio sexual, projetos em trâmite parados e leis não cumpridas, que fizeram com que eu até procurasse a Universidade Católica do meu Estado e retomasse antigo pleito. Queríamos oferecer àquela instituição de ensino, como matéria ou como curso de extensão, algo que preparasse as mulheres para a política.

Depois da aprovação da Lei de Cotas, um grande avanço nesta Legislatura para concitar as mulheres a participarem da política, reservando vagas para elas nos seus partidos, refleti sobre a necessidade de não só concitá-las a se arvorarem nos seus posicionamentos políticos, buscando mandatos, mas sobretudo prepará-las.

Então, naquele momento, tendo como pano de fundo o Dia Internacional da Mulher e a homenagem que aconteceria, fui à Universidade Católica e participei de uma reunião extremamente importante para as mulheres do meu Estado. Lá obtive a sinalização, na palavra da sua Reitora, para oferecermos o mencionado curso, algo que poderá ser estendido a todo o País. A Universidade Católica do meu Estado tem uma diretoria interdisciplinar das mulheres. Parece-

me que não são muitas as universidades que conceberam programas similares. Entretanto, vislumbrando a oportunidade de atingir um público de mulheres que pretendem buscar mandatos, que pretendem ser legisladoras, que desejam se posicionar politicamente, usando seu direito de voz, enfim, que gostariam de estar sentadas nas salas de decisões para se prepararem para a política, vi que essa era uma data que realmente nos levava a refletir sobre o assunto. Tudo o que foi dito aqui foi extremamente importante para a história da mulher, sobretudo para a história da mulher brasileira. Portanto, não poderia deixar de pronunciar-me nesta homenagem que inclusive está publicada também nesse meu jornal, a uma brasileira que hoje simboliza, para nós todas, o sucesso que pode obter uma mulher, a despeito de tudo que sofre, de tudo que ela encontrou como obstáculo, e venceu, a mulher brasileira pobre. É a essa que quero, especificamente, homenagear nesse dia, que é internacional, mas que é, sobretudo, dia da mulher brasileira pobre, sem teto e guerreira; a mulher excluída do contexto social e econômico, da vida, que não sucumbe à luta. É essa mulher que merece uma homenagem muito particular de nós todos, aquela mulher que apóia o companheiro, que dá de comer aos seus filhos, e que, por vezes só, com bravura, lidera a sua própria comunidade.

Ao percorrer o meu Estado, conversei com essa mulher lutadora, ouvi seus anseios e me surpreendi com a carga de esperança que cada uma carrega.

O compositor carioca João Nogueira prestou homenagem a sua mãe em um samba, que pode ser resumida no título "Mulher valente é minha mãe..."

Mulheres valentes são as brasileiras e suas conquistas, mulheres despossuídas de informações e que a cada dia vão à luta não só em busca do pão, mas também da felicidade, de novos horizontes, da alegria de poder, mesmo sem ter um minúsculo espaço, descansar o corpo à noite, porém com a nobreza de ser mulher guerreira.

Poderia, neste momento, ater-me detalhadamente aos temas que aqui já foram tão bem e propriamente abordados. Poderia falar sobre a discriminação contra a mulher no trabalho, na sociedade, nas escolas, enfim, na vida. Mas meu pronunciamento refere-se à busca do espaço para que, mesmo a que não tenha oportunidades na vida, não se renda à exclusão que o destino lhe reservou, seja bôia-fria, lavadeira ou educadora, como tantas ilustres mulheres que o nosso País possui.

Quero deixar meu testemunho de mulher vitoriosa, pois aqui estou depois de muita luta e com muita garra. Quero lembrar que nossas conquistas não deveriam ser conquistas, pois são direitos. Quero, acima de tudo, dar um recado para nossas mulheres valentes: coragem! (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Júnia Marise) – Quero registrar, também, a presença do Senador Lúcio Alcântara que em seguida fará sua manifestação em homenagem a o Dia Internacional da Mulher.

Quero também registrar a homenagem que esta Presidência recebeu agora há pouco da Associação Nacional dos Servidores Administrativos da Polícia Federal, que entregou um diploma em homenagem a esta Presidência.

Srs e Srs. Congressistas, demais presentes, ao comemorarmos, no 8 de março, o Dia Internacional da Mulher, não podemos negar que ele representa, antes de tudo, um dia de reflexão e de afirmação. Aproximadamente metade da humanidade é homenageada nesse dia. Metade da humanidade que luta por conquistar espaços em igualdade de condições com a outra metade; ou que luta, simplesmente, para ter seus mais elementares direitos humanos respeitados.

Independentemente do muito que gerações e gerações de mulheres fizeram anonimamente no longo transcorrer da história, empenhadas em heróicas lutas e labutas quase sem reconhecimento, podemos imaginar quanto mais faremos no futuro, quando os destinos da humanidade forem traçados por meio de uma mais equilibrada parceria entre homens e mulheres. A revolução da mulher está apenas no início de seu curso. Sem provocações, o que as mulheres desejam é partilhar de uma maneira mais justa e equitativa as responsabilidades do processo de desenvolvimento econômico e social para a conquista da justiça social.

Talvez soem muito otimistas algumas afirmações, em uma época tão avessa a utopias. Mas quem pode, efetivamente, deter a ascensão da mulher na sociedade contemporânea?

Quem pode impedir que as mulheres venham não só conquistar seus direitos como também participar da vida política das suas comunidades, de seus Estados, de seus países, contribuindo para a construção de um mundo melhor?

Acreditamos que a luta pela igualdade de direitos e de condições para homens e mulheres deve pressupor a luta por uma sociedade efetivamente mais igualitária, em todos os sentidos. A contribuição das mulheres de todas as classes e

condições sociais, de todas as etnias e povos é imprescindível se ainda conservarmos o projeto de um mundo que não se assente sobre a discriminação e a exclusão.

A humanidade está atingindo um tal estágio de desenvolvimento tecnológico e de interligação entre povos e pessoas que apenas a mais violenta ou mais cínica opressão poderá manter uma situação de tantas e tamanhas desigualdades.

Talvez haja, sim, uma pitada de utopia nessas palavras – utopia sem a qual acabemos por resignar-nos e a grande maioria se acomoda à opressão e às injustiças. Mas esse sentimento, que traduz confiança na capacidade do ser humano e da humanidade, não nos impede de ter os pés bem plantados sobre o chão e de reconhecer as imensas dificuldades e os imensos problemas que devemos superar.

Nem tudo são flores, nem tudo é cor-de-rosa, quando nos permitimos refletir sobre a situação da mulher, no dia que lhe é consagrado. Podemos levantar um extenso rol de injustiças e atrocidades que vêm sendo cometidas em todo o mundo contra as mulheres – também, certamente, contra homens e principalmente contra crianças de ambos os sexos. A fome e a violência têm mostrado seu potencial quase ilimitado de crueldade. Em vários países, interpretações arbitrárias de textos e doutrinas religiosas têm sido utilizadas para deter o que não pode ser detido, ou seja, a conquista pela mulher de alguns dos direitos humanos mais básicos: o direito à expressão e à educação plena, o direito ao trabalho e à cidadania, o direito de viver com liberdade, escolhendo seus próprios caminhos.

Mas não precisamos ir muito longe. No Brasil persiste ainda um terrível quadro de desigualdade social que atinge brutalmente as mulheres. Somos ainda maioria no setor informal da economia e no subemprego. As mulheres ainda recebem os salários mais baixos: os rendimentos médios das mulheres que trabalham ficam em torno de 66% dos rendimentos masculinos. O número de famílias pobres mantidas exclusivamente pelas mulheres continua aumentando cada vez mais.

O acesso a inúmeras ocupações, entre aquelas melhor remuneradas, continua, na prática, vedado às mulheres. A violência contra a mulher, seja na rua ou nos lares, continua aumentando, assim como aumenta o nível geral de violência na sociedade.

A assistência à saúde prometida pelo PAISM – Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher – continua sendo apenas uma promessa.

As creches prometidas pela Constituição Federal não deixarem de ser mais do que cantiga de ninar. Milhares de meninas, adolescentes e jovens mulheres são lançadas na prostituição por um sistema socioeconômico perverso e excludente.

Número incontável de mulheres sem terra e sem teto vague pelas ruas da cidade e pelo campo, quase sempre levando junto seus pobres filhos. E poderíamos prosseguir elencando, durante toda a sessão, os gravíssimos problemas que enfrenta a mulher brasileira.

Em um quadro que se mostra assim tão adverso, quando as desigualdades socioeconômicas e as de origem étnica são superpostas às desigualdades de gênero, é graças à coragem e ao esforço das mulheres que podemos afirmar que houve, ainda assim, grandes avanços. Constatamos, por exemplo, a força, a tenacidade e o brilho da mulher negra, essa grande lutadora, tão bem representada na música "Mama África", de Chico César, que vem arduamente conquistando mais espaços e direitos em nosso Brasil.

Houve também, no ano que passou, incontestáveis progressos relativos à participação e à representação política das mulheres. Vimos a bancada feminina do Congresso Nacional reunir-se em torno de uma iniciativa pela aprovação da emenda que apresentei no Senado Federal que mudou a legislação eleitoral já a partir das eleições municipais de outubro de 1996. A emenda aprovada assegurou a obrigatoriedade da cota mínima de 20% de mulheres candidatas aos cargos eletivos.

Ainda que não se tenha elevado sensivelmente o número de mulheres eleitas, a presença e a visibilidade das mulheres na campanha nunca foi tão grande, além de terem conquistado importantes Prefeituras e dobrado o número de Vereadoras. Esse instrumento de ação afirmativa não veio, entretanto, para ficar, mas para durar e mesmo ser ampliado enquanto for necessário estimular a reversão de antigos e arraigados hábitos discriminatórios de nossa prática política. O aumento do debate sobre a questão da mulher e o crescimento da sua autoconsciência foram outras das consequências dessa medida que, podemos ter certeza, ainda vai render seus melhores frutos.

Havendo inúmeras razões para protesto e outras tantas para entusiasmo, permitimo-nos terminar este pronunciamento saudando as companheiras de todo o País, confiantes de que a disposição de luta com que enfrentarmos uma realidade adversa não nos roubará a alegria, a delicadeza e a capacidade de amar.

A SRA. PRESIDENTE (Júnia Marise) – Concedo a palavra ao nobre Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, os homens, pela sua condição de nascimento, são, geralmente, considerados como machistas. Os nordestinos, pelas variantes culturais, econômicas e sociais levam também essa pecha. Os brasileiros, quando comparados a europeus, principalmente, são incluídos na cota daqueles que discriminam pejorativamente a mulher. Pois bem, é na condição de homem, nordestino e brasileiro que assomo hoje à tribuna para associar-me às comemorações do Dia Internacional da Mulher, sentindo-me bem à vontade. Poderia acrescentar a essas condições uma quarta: a de médico ligado às questões sanitárias de um Estado com muitas deficiências de infra-estrutura, fator que leva as mulheres mães de família a uma sobrecarga de trabalho e de sofrimento para manterem a saúde e até mesmo a vida de seus familiares.

Neste 8 de março, passado pouco mais de um ano da Conferência de Beijing e faltando pouco mais de três anos para o emblemático ano 2000, cabemos fazer um balanço da situação das mulheres no que diz respeito ao fim de toda e qualquer forma de discriminação e da inclusão de pleno gozo dos direitos inscritos nos tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, bem como daqueles afirmados em nossa Constituição.

A participação das mulheres nos espaços institucionais ou, pelo menos, a possibilidade dessa inclusão tem aumentado significativamente neste século. O direito de votar e de ser votada é o mais expressivo, dada a importância que as eleições assumem na vida nacional, com toda a mobilização da mídia, dos candidatos e dos eleitores em torno dela. Infelizmente, passados mais de sessenta anos da conquista do direito ao voto, aos assentos no Parlamento ocupados pelas mulheres ainda não espelham nem de longe a realidade demográfica nacional, em que o sexo feminino se constitui em pouco mais da metade. Em 1995, as mulheres não significavam mais que 5% dos Parlamentares. Cabe lembrar que esse não é um privilégio do Brasil, pois, mesmo em países de longa tradição de direitos civis, como é o caso dos Estados Unidos, a representação feminina nas Casas legislativas, historicamente, tem girado em torno de 2%. No Brasil, nas últimas eleições municipais, garantiu-se a participação de pelo menos um quinto de mulheres nas chapas dos partidos para as Câmaras de Vereadores. Embora a pos-

sibilidade de concorrer não implique que haja 20% das mulheres sentadas nas cadeiras dos parlamentos municipais, com certeza esse é um avanço que precisa ser estendido para as assembléias legislativas e para o próprio Congresso Nacional. Falo de um poder mais permeável, que é o Legislativo. Quando se trata do Executivo, as mulheres em cargo de mando representam bem menos. No Judiciário, até agora, nenhuma faz parte da mais alta corte, embora desde há muito possam ingressar como juízas.

No campo do trabalho, uma das mais antigas arenas de luta pela qual se bateram as mulheres – com especial ênfase nestes dois últimos séculos – perdura uma discriminação em desfavor das mulheres. Esse, por sinal, é um espaço privilegiado para avaliarmos as outras facetas envolvidas dessa discriminação. Da presença das mulheres no mundo do trabalho, sabemos que ocupam os postos menos privilegiados; que, o desempenho das mesmas funções que o homem, não raro recebem menores salários que eles. Grande parte do não-acesso das mulheres aos melhores postos de trabalho tem como causa a menor preparação escolar, uma dura realidade que perdura ainda nos dias de hoje. A menor remuneração para o desempenho de tarefas semelhantes não encontra qualquer justificativa aceitável do ponto de vista dos direitos do ser humano, alienando-se na herança cultural mais retrógrada de nossa sociedade. Sua prática atenta, ademais, contra os tratados internacionais de direito do trabalho e contra a Constituição.

O fenômeno da urbanização acelerada do Brasil tem trazido uma agravante para as mulheres, que é o aumento do número de famílias chefiadas por elas. As causas são as mais diversas, mas encontram fortalecimento na desagregação dos valores familiares, mais conservadores no campo e mais flexíveis na cidade. Além disso, as razões de caráter econômico, como a migração dos maridos para procurarem trabalho em regiões distantes, têm criado o estranho e perverso fenômeno das viúvas de marido vivo, cujos companheiros foram em busca de emprego nas cidades, nos garimpos, nas fronteiras agrícolas. Viúvas ou não, a consequência para elas é a mesma: a obrigação de proverem o sustento de filhos menores. Não por acaso, o relatório sobre pobreza do Banco Mundial encontrou maior concentração de miséria naquelas famílias chefiadas por mulheres.

No que respeita à questão da saúde, as mulheres constituem um segmento particularmente vulnerável da população. A mortalidade ainda é muito

acentuada nos eventos ligados à reprodução, seja pelos métodos de reduzir a fertilidade, seja na gravidez e nos partos e até mesmo nas modalidades de câncer contraídos em função de sua condição de mulher. Meio milhão de mulheres morre a cada ano no mundo todo por problemas ligados à gravidez e ao parto. É um absurdo constatar que 99% desses casos poderiam ser evitados com os programas corretos voltados para resolver os problemas da reprodução. Dados da Organização das Nações Unidas indicam que, no Brasil, a precariedade do atendimento leva à morte 150 mulheres a cada 100 mil partos.

Estudo da Organização Mundial de Saúde – OMS – aponta que a mulher sofre mais que o homem de estresse, depressão e ansiedade. Agrava essa situação uma faceta particularmente perversa: as expectativas que se têm das mulheres quanto à aparência. A pesquisa da OMS revelou que 90% das pessoas com distúrbios alimentares são mulheres, em decorrência da pressão para emagrecerem e se adaptarem ao modelo de corpo valorizado pela sociedade.

O acesso à instrução escolar, por incrível que pareça, ainda é problemático, com um quantitativo menor de mulheres nas escolas. As mulheres têm menos anos de escolaridade. Embora essa diferença tenha diminuído de 1960 para cá, persiste de maneira bem clara. Para quem conhece a realidade das classes populares, não é difícil saber por que. Às meninas é sempre reservado o papel de cuidar dos irmãos, mesmo quando são mais novas, enquanto os pais vão trabalhar. Como poderiam, então, freqüentar a escola?

A discriminação é particularmente mais grave quando atinge as mulheres das classes populares engajadas na obtenção de recursos para manter a família, seja num emprego formal ou num "bico", sem deixarem de ter as obrigações de donas de casa. A pesquisa da OMS indica que as assalariadas dedicam três horas do dia aos filhos, contra alguns minutos, apenas, dos homens. Em comparação aos maridos, dormem menos, assistem em menos tempo à televisão e ficam menos tempo à mesa.

Creio que a esta altura podemos acelerar a discussão que associa a questão da mulher ao conceito de discriminação positiva, já há algum tempo em funcionamento para minorias em alguns países. Não sendo exatamente uma minoria, as mulheres viram-se cerceadas de direitos elementares em decorrência de políticas formalmente patrocinadas pelo Estado. A discriminação positiva seria admitida, então, como um

mecanismo compensador, até que a situação de equilíbrio se estabeleça, ocasião em que tais instrumentos legais podem ser revogados. A Plataforma de Ação, aprovada na Conferência Mundial de Beijing, ao concluir pelo fim da discriminação contra a mulher, por ser um atentado aos direitos humanos, fornece os subsídios para a adoção de políticas públicas no Brasil.

É interessante notar que tais políticas não têm, como se poderia imaginar, qualquer caráter restritivo aos direitos do homem ou às posições por eles ocupadas na sociedade. As mulheres já ocupam os mais diversos postos de trabalho, razão pela qual não se justifica sua exclusão da grande maioria deles, muito menos o pagamento de salários menores, sem que isso esteja ligado à produtividade. Afinal de contas, as mulheres estão contribuindo para uma família, da qual fazem parte homens.

É imperativo que se façam campanhas de valorização, divulgação e esclarecimentos às mulheres sobre seus direitos em relação a trabalho, violência e saúde, especialmente. Os orçamentos federais e estaduais devem multiplicar em muitas vezes os recursos destinados a criar organismos de defesa da mulher, bem como centros de amparo contra a violência. Os programas de saúde voltados para a mulher, igualmente, reclamam maior volume de verbas, para que se dê fim a esse verdadeiro extermínio de mulheres. Coincidemente, como uma das formas de superação da fome e da miséria, o último relatório do Banco Mundial sobre a pobreza recomenda a implantação de creches, como forma de, ao mesmo tempo, melhorar a condição da mulher trabalhadora e possibilitar a educação e nutrição dos filhos.

Num outro aspecto lesivo às mulheres, louvo que o Governo Federal tenha, finalmente, tomado uma providência contra o turismo sexual, que é uma forma particular de violência contra as mulheres, especialmente as adolescentes, cuja dignidade é subtraída em nome da sobrevivência pessoal e até da família.

Finalmente, Srs e Srs. Congressistas, estimo que esse debate ocorra nesta sessão, destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher. Mas apreciarei muito mais se essas preocupações se fizerem presentes em nossa tarefa de legisladores.

Era o que tinha a dizer. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Júnia Marise) – Queremos, portanto, neste momento em que aqui encerramos esta sessão solene dedicada ao Dia Internacional da Mulher, convocada por todas as Parlamentares,

Senadoras e Deputadas, agradecer às autoridades, às entidades e a todos que aqui compareceram.

A SRA. PRESIDENTE (Júnia Marise) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 14h12min.)

(*) ATAS DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

14ª Reunião Ordinária, realizada em 31-10-96

Reunião da Subcomissão I – Poderes do Estado, Representação e Defesa, realizada em 5-12-96.

Reunião da Subcomissão IV – Educação e do Desporto, Cultura, Ciência e Tecnologia, realizada em 10-12-96.

Reunião da Subcomissão II – Agricultura, Fazenda, Indústria e Comércio, realizada em 11-12-96.

Reunião da Subcomissão VII – Planejamento, Urbanismo e Integração Regional, realizada em 12-12-96.

Reunião da Subcomissão V – Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social, realizada em 12-12-96.

Reunião da Subcomissão III – Infra-Estrutura, realizada em 13-12-96.

Reunião da Subcomissão VI – Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal, realizada em 13-12-96.

(*) Serão publicadas em Suplemento "A" à presente edição.

(**) PARECER Nº 3, DE 1997 – CN

Da Comissão Mista, sobre a constitucionalidade e o mérito da Medida Provisória nº 1.477-33, de 14 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre o valor total anual das mensalidades escolares e dá outras providências.

(*) EMENDAS

Oferecidas às Medidas Provisórias nºs 1.463-10, 1.464-18, 1.466-10, 1.469-15, 1.470-16, 1.473-28, 1.475-24, 1.477-33, 1.478-21, 1.479-25, 1.480-27, 1.481-46, 1.482-33, 1.507-16, 1.511-7, 1.512-7, 1.525, 1.522-4, 1.523-4, 1.530-3, 1.531-2, 1.535-2, 1.536-22, 1.537-35, 1.538-37, 1.539-28, 1.540-21, 1.542-19, 1.545-15, 1.547-27, 1.548-28, 1.549-27, 1.550-36, 1.551-19, 1.553-12, 1.554-12, 1.555-7, 1.558-4, 1.559-10, 1.560-2, 1.561-2, 1.562-2, 1.565-1 e 1.567, todas de 1997. (Publicado neste

(**) Serão publicados em Suplemento "B" a esta edição.

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
COMPOSIÇÃO: 63 DEPUTADOS E 21 SENADORES

PRESIDENTE: SENADOR RENAN CALHEIROS – PMDB-AL
1º VICE-PRESIDENTE: DEPUTADA YEDA CRUSIUS – PSDB-RS
2º VICE-PRESIDENTE: SENADOR LUCÍDIO PORTELLA – PPR-PI
3º VICE-PRESIDENTE: DEPUTADO PAULO BERNARDO – PT-PR

RELATOR DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL: DEPUTADO IBERÉ FERREIRA – PFL-RN

SENADORES

PMDB

TITULARES

Flaviano Melo	AC-3493/94
Ronaldo Cunha Lima	PB-2421/27
Onofre Quinan	GO-3148/50
Casildo Maldaner	SC-2141/47
Carlos Rezerra	MT-2291/97
Renan Calheiros	AL-2261/67

SUPLENTES

1 – Coutinho Jorge	PA-3050/4393
2 – Gílvam Borges	AP-2151/57

PFL

TITULARES

Waldeck Ornelas	BA-2211/17
Romero Jucá	RR-2111/17
José Alves	SE-4055/57
Odacir Soares	RO-3018/19
Vilson Kleinübing	SC-2041/47

1 – Carlos Patrocínio

TO-4068/69

2 – Jonas Pinheiro

MT-2271/77

PSDE

TITULARES

Pedro Piva	SP-2351/53
Jefferson Peres	AM-3061/67

1 – Lúdio Coelho

MS-2381/87

Lúcio Alcântara

PPB

TITULARES

Lucídio Portella	PI-3055/57
------------------	------------

PT

TITULARES

João França	RR-3067/68
-------------	------------

PTB

TITULARES

Arlindo Porto	MG-2321/27
---------------	------------

PT

TITULARES

Eduardo Suplicy	SP-3970
-----------------	---------

PTB

TITULARES

Sebastião Rocha	AP-2241/47
-----------------	------------

PSB

TITULARES

Ademir Andrade	PA-2101/07
----------------	------------

PTB

TITULARES

Roberto Freire	PE-2161/67
----------------	------------

DEPUTADOS

TITULARES

SUPLENTES

PMDB

Silas Brasileiro	MG-3185932	1 - Albérico Filho	MA-3185554
Genésio Bernardino	MG-3185571	2 - Antônio do Valle	MG-3185503
Freire Júnior	TO-3185601	3 - Jorge Wilson	RJ-3185942
Edison Andrino	SC-3185639	4 - Mestor Duarte	BA-3185336
Fernando Diniz	MG-3185307		
Saraiva Felipe	MG-3185429		
Hélio Rosas	SP-3185478		
João Thomé Mestrinho	AM-3185583		
Laíre Rosado	RN-3185650		
Maurício Requião	PR-3185635		
Orcino Gonçalves	GO-3185335		
Paulo Ritzel	RS-3185222		
Pinheiro Landim	CE-3185636		

BLOCO DEMOCRATICO

Aracy de Paula	MG-3185201	1 - José Carlos Vieira	SC-3185713
Ciro Nogueira	PI-3185619	2 - Maurício Najar	SP-3185242
Osvaldo Coelho	PE-3185444	3 - Marilú Guimarães	MS-3185440
Antônio Joaquim Filho	MA-3185217	4 - Benedito de Lira (6)	AL-3185215
Iberê Ferreira	RN-3185609	5 - Bonifácio de Andrade	MG-3185235
Antônio dos Santos	CE-3185406		
Murilo Pinheiro	AP-3185305		
Luiz Moreira	BA-3185729		
João Mendes (1) (6)	RJ-3185831		
Nelson Marquezelli (1) (6)	SP-3185920		
Pedrinho Abraão	GO-3185918		
Philemon Rodrigues (5)	MG-3185226		
Alexandre Ceranto	PR-3185948		
Efraim Moraes	PB-3185638		
Arolde de Oliveira	RJ-3185917		

PT

Augusto Nardes	RS-3185530	1 - Célia Mendes	AC-3185615
Basílio Villani	PR-3185634	2 - Maria Valadão	GO-3185520
Felipe Mendes	PI-3185640		
José Carlos Lacerda	RJ-3185936		
Paulo Bauer	SC-3185718		
Paulo Mourão	TO-3185311		
Roberto Balestra	GO-3185262		

PSDB

Arnaldo Madeira	SP-3185473	1 - Cipriano Correia	RN-3185839
Ildemar Kussler	RO-3185614	2 - Mário Negromonte	BA-3185345
Aécio Neves (3)	MG-3185648	3 - Robério Araújo	RR-3185581
Jorge Anders	ES-3185362		
Márcio Fortes	RJ-3185346		
Pimentel Gomes	CE-3185231		
Herculano Anghinetti	MG-3185241		
Yeda Crusius	RS-3185956		

DEPUTADOS**TITULARES****SUPLENTES****PT**

Celso Daniel	SP-3185479	1 – João Paulo	SP-3185579
João Coser	ES-3185514	2 – Paulo Rocha	PA-3185483
(Vago)			
João Fassarella	MG-3185283		
Maria Laura	DF-3185475		
Paulo Bernardo	PR-3185379		

PP

José Janene	PR-3185609	1 – Nan Souza	MA-3185525
Augustinho Freitas	MT-3185722	2 – João Maia	AC-3185244
Márcio Reinaldo Moreira	MG-3185819		
Osvaldo Reis	TO-3185835		

PDT

Giovanni Queiroz	PA-3185534	1 – Renan Kurtz	RS-3185810
Leonel Pavan	SC-3185711		
Antônio Joaquim	MT-3185829		
Sílvio Abreu	MG-3185211		

BLOCO (PL/PSC/PSD)

Pedro Canedo	GO-3185611	1 – Francisco Horta	MG-3185540
Welinton Fagundes	MG-3185523		
Marquinho Chedid (4)	SP-3185736		

BLOCO (PSB/PMN)

Gonzaga Patriota	PE-3185430	1 – Nilson Gibson (2)	PE-3185410
Alexandre Cardoso (2)	RJ-3185205		

PSDB

Sérgio Miranda	MG-3185462
----------------	------------

(1) Substituindo os Deputados João Mendes (T) e Nelson Marquezelli (T), em 6-9-95 – Bloco (PFL/PTB) – CD

(2) Substituindo os Deputados Nilson Gibson (T) e Alexandre Cardoso (S), em 12-9-95 – Bloco (PSB/PMN) – CD

(3) Substituindo o Deputado Flávio Arns (T), em 13-9-95 – PSDB-CD

(4) Substituindo o Deputado José Egydio (T), em 14-9-95 – Bloco (PL/PSD/PSC) – CD

(5) Substituindo o Deputado José Rezende (T), em 14-9-95 – Bloco (PFL/PTB) – CD

(6) Substituindo os Deputados Albérico Cordeiro (T), Nelson Marquezelli (T) e Vilmar Rocha (S), em 14-9-95 – (PFL/PTB) – CD

**COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(SEÇÃO BRASILEIRA)
(Designada em 25-4-95)**

Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN

Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER

Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO

Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA

SENADORES

Titulares

PMDB

José Fogaça
Casildo Maldaner

PFL

Wilson Kleinübing
Romero Jucá

PSDB

Lúdio Coelho

PPB

Esperidião Amin

PTB

Emilia Fernandes

Suplentes

Mariuce Pinto¹
Roberto Requião

Joel de Hollanda
Júlio Campos

Geraldo Melo

Osmar Dias²

PP

PT

Benedita da Silva
Eduardo Suplicy
Lauro Campos

DEPUTADOS

Titulares

Bloco Parlamentar PFL/PTB

Luciano Pizzatto
Paulo Bornhausen

PMDB

Paulo Ruzel
Valdir Colatto

PSDB

Franco Montoro

PPB

Fetter Júnior³

PP

Dilceu Sperafico

PT

Miguel Rossetto

Suplentes

Antônio Ueno
José Carlos Vieira

Elias Abrahão
Rivaldo Macari

Yeda Crusius

João Pizzolatti

Augustinho Freitas

Luiz Mainardi

1 Pedro Simon substituído por Mariuce Pinto, em 2-10-95.

2 Filiado ao PSDB em 22-6-95.

3 Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95

4 Júlio Redecker substituído por Fetter Júnior, em 1º-2-96

REGIMENTO INTERNO – SENADO FEDERAL (R\$ 10,00)

Edição especial de 1995.

Resolução nº 93, de 1970. Texto consolidado, com as alterações adotadas pelas Resoluções nºs 51, 58 e 63, de 1989, e 1, 9, 17 e 52, de 1990.

REGIMENTO COMUM (CONGRESSO NACIONAL) (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Resolução nº 1/70 CN com alterações posteriores.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA NºS 1, 10, 12, 17, 22, 82 A 84, 88 A 108, 110 A 127. (R\$ 12,50 o volume)

Publicação trimestral de artigos jurídicos e técnico-legislativos com circulação ininterrupta desde 1964.

SENADO & CONGRESSO (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Proposições Legislativas, Tramitação, 1995.

Outros títulos

ESTUDOS DA INTEGRAÇÃO (R\$ 5,00 o volume)

1º Volume: Defesa da concorrência no Mercosul – Professor Werter Faria; *2º Volume:* A Defesa contra as práticas desleais na Europa – Um exemplo a seguir? – Professor Werter Faria; *3º Volume:* O regime comum de origem no Mercosul; *4º Volume:* ZPEs brasileiras – A necessidade de mudanças no contexto do Mercosul; *5º Volume:* Disciplina da concorrência de controle das concentrações de empresas no Mercosul; *6º Volume:* Os efeitos do artigo 98 do Código Tributário Nacional e o Processo de Integração do Mercosul; *7º Volume:* O estabelecimento de uma política comum de proteção do meio ambiente – sua necessidade num mercado comum; *8º Volume:* Harmonização Legislativa no Mercosul.

LEI DE EXECUÇÃO PENAL E LEGISLAÇÃO CORRELATA (R\$ 10,00)

Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Código Penal e Código de Processo Penal. Lei das Contravenções Punitivas, de Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e sobre Crimes Hediondos. Resoluções da ONU sobre prevenção do delito e tratamento dos reclusos.

OBRA SOCIAL E POLÍTICA DE ALBERTO PASQUALINI (R\$ 25,00)

Edição de 1994. 4 volumes.

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA (R\$ 12,00)

10ª edição atualizada, 1994.

Código Eleitoral. Lei de Inelegibilidade. Lei Orgânica dos Partidos Políticos. Eleições de 1994. Legislação correlata. Calendário eleitoral.

Pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal. Praça dos Três Poderes, Via N-2, Unidade de Apoio III. CEP 70165-900. Brasília-DF. Telefones: (061) 311-4258 e 321-7333. Telex: (061) 1357

**Subsecretaria de Edições Técnicas
do Senado Federal**



**CONSTITUIÇÃO FEDERAL ATUALIZADA COM TODAS AS MUDANÇAS EFETUADAS
DESTE A SUA ELABORAÇÃO EM 1988, INCLUÍDAS, INCLUSIVE, TODAS AS
EMENDAS CONSTITUCIONAIS DE REVISÃO.**

Os pedidos à
Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal
Praça dos Três Poderes, Anexo 1, 22.^o andar — 70165-900 — Brasília — DF

Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589
Fax: (061) 311-4258 e 321-7333 — Telex: (061) 1357

Central de venda direta ao usuário:
Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRÁF, pelo estacionamento à
esquerda)

Novas publicações

CANUDOS E OUTROS TEMAS (R\$ 10,00)

Euclides da Cunha.

Edição de 1994 comemorativa dos 90 anos de publicação de *Os Sertões*.

CONSTITUIÇÃO DE 1988 (R\$ 5,00)

Edição atualizada em 1995 contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

CONSTITUTION DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL / CONSTITUTION OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL (R\$ 5,00)

Tradução para o francês de Jacques Villenain e Jean-François Cleaver (Tradutor do Senado Federal) da edição atualizada em 1994, contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

Tradução para o inglês de Istvan Vajda, Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres e Vanira Tavares de Souza, tradutores dos Senado Federal, da edição atualizada em 1994, contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Lei nº 8.069 e as alterações da Lei nº 8.242 e Legislação Correlata.

GUIA DAS ELEIÇÕES DE 1994 (R\$ 3,00)

Edição de 1994.

Comentários à Lei nº 8.713/93 e informações complementares.

LEGISLAÇÃO INDIGENISTA (R\$ 5,00)

Edição de 1993.

Coletânea de textos jurídicos e legislação correlata relativos aos direitos indígenas.

LICITAÇÕES, CONCESSÕES E PERMISSÕES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Leis 8.666/93, 8.883/94, 8.987/95, texto da Constituição federal sobre matéria e Legislação Complementar.

RELATORIA DA REVISÃO CONSTITUCIONAL (R\$ 45,00 a coleção)

Edição de 1994.

Série com 03 volumes – Pareceres produzidos (histórico)

REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Dispõe sobre o regime jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e Legislação Complementar.

Pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal. Praça dos Três Poderes, Via N-2, Unidade de Apoio III. CEP 70165-900. Brasília-DF. Telefones: (061) 311-4258 e 321-7333. Telex: (061) 1357

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SESSÃO CONJUNTA

PREÇO DE ASSINATURA

SEMESTRAL

Assinatura s/ o porte.....	R\$31,00
Porte do Correio	<u>R\$ 96,60</u>
Assinatura c/porte	R\$ 127,60 (cada)
Valor do número avulso	R\$ 0,30

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

**Praça dos Três Poderes – Brasília – DF
CEP: 70160-900**

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.



EDIÇÃO DE HOJE: 40 PÁGINAS